

Caixa Econômica Federal – CAIXA

31 de Dezembro de 2011

ÍNDICE GERAL	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	09
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	110
Relatório dos Auditores Independentes	112
Parecer do Conselho Fiscal	115
Parecer do Conselho da Administração	116



Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CAIXA - Individual		CAIXA - Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
CIRCULANTE	232.501.247	186.514.012	232.958.694	186.495.832
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	4.942.335	3.490.993	4.942.335	3.490.993
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	29.746.967	12.207.242	29.746.967	12.207.242
Aplicações no Mercado Aberto	27.683.377	12.005.555	27.683.377	12.005.555
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.063.665	202.058	2.063.665	202.058
Provisões para Perdas	-75	-371	-75	-371
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	77.898.059	57.737.196	78.231.164	57.737.196
Carteira Própria	51.160.690	43.969.630	51.493.795	43.969.630
Vinculados a Compromissos de Recompra	25.433.206	13.757.826	25.433.206	13.757.826
Vinculados a Prestação de Garantias	1.053.552	9.739	1.053.552	9.739
Títulos Objeto de Oper Comprom no Livre Movimentação	250.611		250.611	
Instrumentos Financeiros Derivativos		1		1
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	62.665.106	54.649.646	62.665.106	54.649.646
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	157.486	156.494	157.486	156.494
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central (Nota 7)	62.172.025	53.927.391	62.172.025	53.927.391
Correspondentes	335.595	565.761	335.595	565.761
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	126.699	105.508	126.699	105.508
Recursos em Trânsito de Terceiros	177	433	177	433
Transferências Internas de Recursos	126.522	105.075	126.522	105.075
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	36.252.452	38.879.196	36.252.492	38.879.196
Setor Público	1.382.137	1.611.398	1.382.177	1.611.398
Setor Privado	40.549.328	41.610.958	40.549.328	41.610.958
Provisão para Operações de Créditos	-5.679.013	-4.343.160	-5.679.013	-4.343.160
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	19.882.210	18.161.291	20.006.512	18.143.111
Créditos por Avais e Fianças Honorados	32.142	28.223	32.142	28.223
Carteira de Câmbio	16.809	28.055	16.809	28.055
Rendas a Receber	1.630.259	1.065.273	1.754.233	1.046.436
Negociação e Intermediação de Valores	128	484	128	484
Créditos Específicos	136.123	141.650	136.123	141.650
Diversos	18.186.804	17.044.133	18.187.132	17.044.790
Provisão para Outros Créditos	-120.055	-146.527	-120.055	-146.527
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	987.419	1.282.940	987.419	1.282.940
Outros Valores e Bens	742.994	874.487	742.994	874.487
Provisões para Perdas	-122.953	-148.527	-122.953	-148.527
Despesas Antecipadas	367.378	556.980	367.378	556.980
NÃO CIRCULANTE	278.529.801	214.898.478	277.254.899	214.117.712
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	41.506.816	50.838.077	41.506.816	50.838.077
Carteira Própria	30.603.550	30.105.480	30.603.550	30.105.480
Vinculados a Compromissos de Recompra	10.896.590	20.426.795	10.896.590	20.426.795
Vinculados a Prestação de Garantias	5.492	304.587	5.492	304.587
Vinculados ao Banco Central	1.184	1.215	1.184	1.215
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 7)	18.333.916	20.987.128	18.333.916	20.987.128
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	18.333.916	20.987.128	18.333.916	20.987.128
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	197.595.203	125.758.305	197.595.163	125.758.305
Setor Público	20.804.015	13.972.393	20.803.974	13.972.393
Setor Privado	186.813.296	118.588.926	186.813.297	118.588.926
Provisão para Operações de Créditos	-10.022.108	-6.803.014	-10.022.108	-6.803.014
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	13.615.699	11.064.183	13.615.699	11.064.183
Rendas a Receber		21.847		21.847
Diversos	13.631.616	11.049.565	13.631.616	11.049.565
Provisão para Outros Créditos com Característica de Concessão	-15.917	-7.229	-15.917	-7.229
PERMANENTE	7.478.167	6.250.785	6.203.305	5.470.019
INVESTIMENTOS (Nota 11)	3.407.634	2.930.349	2.132.771	2.149.582
Participações em Coligadas e Controladas	3.215.248	2.868.733	1.940.385	2.087.966
- No país	3.214.258	2.867.884	1.939.395	2.087.117
- No exterior	990	849	990	849
Outros Investimentos	211.108	72.709	211.108	72.709
Provisão para Perdas	-18.722	-11.093	-18.722	-11.093
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	1.975.401	1.982.438	1.975.402	1.982.439
Imóveis de Uso	268.091	202.591	268.091	202.591
Reavaliações de Imóveis de Uso	810.437	819.507	810.437	819.507
Outras Imobilizações de Uso	4.028.123	3.681.171	4.028.125	3.681.172
Depreciações Acumuladas	-3.131.250	-2.720.831	-3.131.251	-2.720.831
INTANGÍVEL (Nota 13)	2.072.059	1.259.958	2.072.059	1.259.958
Ativos Intangíveis	2.583.979	1.622.537	2.583.979	1.622.537
Amortizações Acumuladas	-511.920	-362.579	-511.920	-362.579
DIFERIDO (Nota 14)	23.073	78.040	23.073	78.040
Gastos de Organização e Expansão	170.023	336.198	170.023	336.198
Amortizações Acumuladas	-146.950	-258.158	-146.950	-258.158
T O T A L	511.031.048	401.412.490	510.213.593	400.613.544

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CAIXA - Individual		CAIXA - Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
PASSIVO				
CIRCULANTE	358.102.281	297.816.041	357.284.826	297.017.095
DEPÓSITOS (Nota 15 (a), (b), (c) e (f))	248.023.653	214.496.772	248.005.716	214.490.066
Depósitos à Vista	22.943.005	19.626.291	22.943.003	19.626.215
Depósitos de Poupança	150.362.663	129.429.635	150.362.663	129.429.635
Depósitos Interfinanceiros	5.097.544	1.203.585	5.097.544	1.203.585
Depósitos a Prazo	56.365.520	53.524.898	56.347.585	53.518.268
Depósitos Especiais e de Fundos e Programas	13.254.921	10.594.286	13.254.921	10.594.286
Outros Depósitos		118.077		118.077
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15 (d))	56.291.291	46.012.658	55.407.958	45.210.885
Carteira Própria	36.825.873	34.684.793	35.942.540	33.883.020
Carteira de Terceiros	19.215.316	11.327.865	19.215.316	11.327.865
Carteira Livre Movimentação	250.102		250.102	
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	12.966.352	2.533.901	12.966.352	2.533.901
Recursos de Letras Imob., Hipotec., de Crédito e Similares	12.966.352	2.533.901	12.966.352	2.533.901
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	203.344	103.585	203.344	103.585
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	193.143	94.281	193.143	94.281
Correspondentes	10.201	9.304	10.201	9.304
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.221.057	1.064.503	1.221.057	1.064.503
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.193.795	1.055.944	1.193.795	1.055.944
Transferências Internas de Recursos	27.262	8.559	27.262	8.559
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)		83.340		83.340
Empréstimos no Exterior		83.340		83.340
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	810.500	636.879	810.500	636.879
Tesouro Nacional - PIS	483.010	595.447	483.010	595.447
BNDES	240.001	19.364	240.001	19.364
FGTS	87.489	22.068	87.489	22.068
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	827	1.644	827	1,644
Instrumentos Financeiros Derivativos	827	1.644	827	1.644
OUTRAS OBRIGAÇÕES	38.585.257	32.882.759	38.669.072	32.892.292
Cobrança e Arrecadações de Tributos e Assemelhados	207.391	143.912	207.391	143.912
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	17.002	28.193	17.002	28.193
Sociais e Estatutárias	3.142.448	1.950.196	3.142.448	1.950.196
Fiscais e Previdenciárias (Nota 18 (a))	1.262.434	1.130.507	1.346.225	1.139.478
Negociação e Intermediação de Valores	6.956	7.790	6.956	7.790
Recursos para Destinação Específica: (Nota 18 (b))				
Obrigações de Operações com Loterias	725.499	920.316	725.499	920.316
Obrigações por Fundos e Programas Sociais	4.718.055	2.978.609	4.718.055	2.978.609
Obrigações por Fundos Financ. e de Desenvolvimento	945.469	937.561	945.469	937.561
Diversas	27.560.003	24.785.675	27.560.027	24.786.237
NÃO CIRCULANTE	133.367.387	88.159.499	133.367.387	88.159.499
DEPÓSITOS (Nota 15 (a), (b), (c) e (f))	11.823.322	692.230	11.823.322	692.230
Depósitos a Prazo	11.817.258	689.145	11.817.258	689.145
Depósitos Interfinanceiros	6.064	3.085	6.064	3.085
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	8.111.192	8.781.619	8.111.192	8.781.619
Recursos de Letras Imob., Hipotec., de Crédito e Similares	8.111.192	8.781.619	8.111.192	8.781.619
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	4.601	6.040	4.601	6.040
Empréstimos no Exterior	4.601	6.040	4.601	6.040
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	90.805.224	60.374.094	90.805.224	60.374.094
Tesouro Nacional - PIS	84.612		84.612	
BNDES	10.032.736	6.004.490	10.032.736	6.004.490
FGTS	80.511.694	54.150.523	80.511.694	54.150.523
Outras	176.182	219.081	176.182	219.081
OUTRAS OBRIGAÇÕES	22.623.048	18.305.516	22.623.048	18.305.516
Fiscais e Previdenciárias (Nota 18 (a))	187.787	200.165	187.787	200.165
Dívidas Subordinadas - Elegíveis a Capital (Nota 18 (d))	8.550.802	5.089.202	8.550.802	5.089.202
Instrum. Híbridos de Capital e Dívida - Elegíveis a Capital (18 (e))	13.884.459	13.016.149	13.884.459	13.016.149
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	19.561.380	15.436.950	19.561.380	15.436.950
Capital Social	15.154.802	12.473.724	15.154.802	12.473.724
Capital de Domiciliados no País	13.562.443	13.562.443	13.562.443	13.562.443
Aumento de Capital	5.464.821	2.783.743	5.464.821	2.783.743
Capital a Realizar	-3.872.462	-3.872.462	-3.872.462	-3.872.462
Reserva de Reavaliação	464.595	478.318	464.595	478.318
Reservas de Lucros	4.079.781	2.652.206	4.079.781	2.652.206
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-137.798	-167.298	-137.798	-167.298
T O T A L	511.031.048	401.412.490	510.213.593	400.613.544

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CAIXA - Individual			CAIXA - Consolidado		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	28.486.618	52.913.064	39.387.205	28.486.618	52.913.064	39.387.205
Operações de Crédito (Nota 8 (f))	15.278.811	27.967.053	19.573.718	15.278.811	27.967.053	19.573.718
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6 (e))	10.443.150	18.896.375	15.381.864	10.443.150	18.896.375	15.381.864
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-633.154	-669.979	-119.147	-633.154	-669.979	-119.147
Resultado de Câmbio (Nota 9 (c.1))	6.201	6.701	2.570	6.201	6.701	2.570
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7 (c))	3.391.125	6.711.847	4.546.011	3.391.125	6.711.847	4.546.011
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	485	1.067	2.189	485	1.067	2.189
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	-21.591.120	-38.788.985	-27.056.383	-21.534.707	-38.685.846	-26.986.018
Operações de Captação no Mercado (Nota 15(c) e (e) Nota 16 (b))	-14.361.682	-26.026.856	-19.172.304	-14.305.269	-25.923.717	-19.101.939
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses (Nota 17 (c))	-3.389.527	-5.946.394	-3.834.038	-3.389.527	-5.946.394	-3.834.038
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-3.839.911	-6.815.735	-4.050.041	-3.839.911	-6.815.735	-4.050.041
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.895.498	14.124.079	12.330.822	6.951.911	14.227.218	12.401.187
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-4.293.536	-9.586.005	-9.632.240	-4.316.012	-9.624.452	-9.684.337
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 23)	5.553.639	11.122.424	9.491.226	5.553.639	11.122.424	9.491.226
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 23)	956.248	1.523.643	985.920	956.248	1.523.643	985.920
Despesas de Pessoal (Nota 24)	-6.028.736	-11.641.388	-9.953.186	-6.028.967	-11.642.233	-9.954.278
Outras Despesas Administrativas (Nota 25)	-3.818.613	-7.278.391	-6.073.027	-3.821.957	-7.282.797	-6.075.258
Despesas Tributárias (Nota 29)	-936.292	-1.796.818	-1.470.127	-942.872	-1.808.495	-1.470.462
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11)	178.461	280.071	480.961	108.562	138.660	428.190
Outras Receitas Operacionais (Nota 26)	4.300.093	7.444.467	5.487.484	4.357.672	7.564.374	5.502.926
Outras Despesas Operacionais (Nota 27)	-4.498.336	-9.240.013	-8.581.491	-4.498.337	-9.240.028	-8.592.601
RESULTADO OPERACIONAL	2.601.962	4.538.074	2.698.582	2.635.899	4.602.766	2.716.850
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	-124.573	-234.596	-150.997	-124.573	-234.596	-150.997
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.477.389	4.303.478	2.547.585	2.511.326	4.368.170	2.565.853
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (d))	1.114.590	1.670.013	1.894.086	1.080.653	1.605.321	1.875.818
Despesa de Imposto de Renda	-351.284	-422.718	-84.618	-376.230	-470.277	-98.047
Valores correntes	-209.746	-277.305	-84.237	-234.692	-324.864	-97.666
Valores diferidos	-141.538	-145.413	-381	-141.538	-145.413	-381
Despesa de Contribuição Social	-177.554	-210.493	-38.550	-186.538	-227.621	-43.391
Valores correntes	-92.631	-123.245	-38.321	-101.615	-140.373	-43.164
Valores diferidos	-84.923	-87.248	-229	-84.923	-87.248	-227
Ativo Fiscal Diferido	1.643.428	2.303.224	2.017.254	1.643.421	2.303.219	2.017.256
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	-683.762	-790.966	-677.260	-683.762	-790.966	-677.260
LUCRO LÍQUIDO	2.908.217	5.182.525	3.764.411	2.908.217	5.182.525	3.764.411



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	14.673.724	471.959	1.944.114	-8.121	1.119.857	18.201.533
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				-129.677		-129.677
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRAS ON (Nota 19 (a))	481.078					481.078
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		5.183			-4.659	524
REALIZAÇÃO DE RESERVA		-12.547			12.547	
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE					2.908.217	2.908.217
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE					371.181	371.181
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (Nota 19(d))						
Reserva Legal			145.410		-145.410	
Reserva de loterias			226.521		-226.521	
Reserva de margem operacional			1.763.736		-1.763.736	
Juros sobre o capital próprio propostos					-424.046	-424.046
Dividendos propostos					-1.847.430	-1.847.430
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	15.154.802	464.595	4.079.781	-137.798	0	19.561.380
EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	12.473.724	478.318	2.652.206	-167.298		15.436.950
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				29.500		29.500
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	768.334					768.334
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS PN (Nota 19 (a))	1.702.155					1.702.155
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES ELETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	210.589					210.589
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		12.378			-10.081	2.297
REALIZAÇÃO DE RESERVA		-26.101			26.101	
LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO					5.182.525	5.182.525
DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					-1.002.482	-1.002.482
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (Nota 19 (d))						
Reserva Legal			259.125		-259.125	
Reserva de loterias			407.196		-407.196	
Reserva de margem operacional			761.254		-761.254	
Juros sobre o capital próprio propostos					-852.865	-852.865
Dividendos propostos					-1.915.623	-1.915.623
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	15.154.802	464.595	4.079.781	-137.798	0	19.561.380



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	11.676.683	509.236	918.677	39.171		13.143.767
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				-206.469		-206.469
AUMENTO DE CAPITAL - LOTERIAS 2010	357.448					357.448
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRAS (Nota 19 (a))	2.426.294					2.426.294
AUMENTO DE CAPITAL - REVERS RESERVA MARG OPER	-2.384.683					-2.384.683
AUMENTO DE CAPITAL - LOTERIAS 2009	397.982					397.982
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		10.590			-16.603	-6.013
REALIZAÇÃO DE RESERVA		-41.508			41.508	
LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO					3.764.411	3.764.411
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (Nota 19 (d))						
Reserva Legal			188.221		-188.221	
Reserva de loterias (Aumento de Capital)					-357.448	-357.448
Reserva de margem operacional			1.545.308		-1.545.308	
Juros sobre o capital próprio propostos					-756.406	-756.406
Dividendos propostos					-941.933	-941.933
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	12.473.724	478.318	2.652.206	-167.298	-	15.436.950

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CAIXA Individual			CAIXA Consolidado		
	2º semestre	Exercício - 2011	Exercício - 2010	2º semestre	Exercício - 2011	Exercício - 2010
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	5.675.307	11.545.216	6.841.000	5.745.213	11.686.632	6.893.769
Lucro Líquido	2.908.217	5.182.525	3.764.411	2.908.217	5.182.525	3.764.411
Ajustes ao Lucro Líquido:	2.767.090	6.362.691	3.076.589	2.836.996	6.504.107	3.129.358
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/Passivos)	(643.988)	(555.226)	(206.469)	(643.988)	(555.226)	(206.469)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.839.911	6.815.735	4.050.041	3.839.911	6.815.735	4.050.041
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	238.111	488.316	306.110	238.111	488.316	306.110
Depreciações e Amortizações	373.586	752.559	680.969	373.586	752.559	680.969
Tributos Diferidos	(1.643.428)	(2.303.224)	(2.017.254)	(1.643.421)	(2.303.219)	(2.017.256)
Despesas com provisões para passivos contingentes	57.312	185.363	744.153	57.312	185.363	744.153
Resultado de Participação em Coligadas	(178.461)	(280.071)	(480.961)	(108.562)	(138.660)	(428.190)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	724.047	1.259.239		724.047	1.259.239	
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(17.062.518)	8.192.377	(23.659.841)	(17.114.146)	8.069.239	(23.923.922)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(2.063.590)	(1.861.903)	(109.352)	(2.063.590)	(1.861.903)	(109.352)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria I	(8.551.924)	(17.612.544)	8.919.760	(8.551.924)	(17.612.544)	8.919.760
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria II	(3.162.212)	(4.011.685)	(111.784)	(3.495.317)	(4.344.790)	(111.785)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria III	(451.951)	10.794.626	1.066.975	(451.951)	10.794.626	1.066.976
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(5.115.622)	(8.244.634)	-28.887.625	(5.115.622)	(8.244.634)	(28.887.625)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	2.656.644	2.982.144	3.159.142	2.656.644	2.982.144	3.159.142
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	933.666	135.363	(116.409)	933.666	135.363	(116.409)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(43.695.770)	(73.765.101)	(53.171.520)	(43.695.770)	(73.765.101)	(53.171.520)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(3.481.502)	(1.773.578)	(10.657.141)	(3.549.022)	(1.962.458)	(10.642.483)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	202.033	295.521	199.302	202.033	295.521	199.302
(Redução) Aumento em Depósitos	25.385.466	44.657.973	34.519.281	25.384.453	44.646.742	34.512.590
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(6.132.572)	10.278.633	(19.023.523)	(6.002.907)	10.197.073	(19.077.905)
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	5.514.580	9.762.024	8.840.079	5.514.580	9.762.024	8.840.079
(Redução) Instrumentos Financeiros Derivativos	(25)	(817)	661	(25)	(817)	662
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	19.966.923	33.519.972	19.980.849	19.966.923	33.519.972	19.980.849
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	933.338	3.036.383	11.731.464	1.153.683	3.528.021	11.513.797
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(11.387.211)	19.737.593	(16.818.841)	(11.368.933)	19.755.871	(17.030.153)
Alienação de Imobilizado de Uso	8.057	99.578	17.651	8.057	99.578	17.651
Aquisição de Investimentos	-	-	(6.464)	(18.278)	(18.278)	204.848
Aquisição de Imobilizado de Uso	(230.939)	(504.822)	(535.185)	(230.939)	(504.822)	(535.185)
Aquisição de Intangível	(1.000.728)	(1.090.472)	(703.320)	(1.000.728)	(1.090.472)	(703.320)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.223.610)	(1.495.716)	(1.227.318)	(1.241.888)	(1.513.994)	(1.016.006)
Adiantamento para antecipação de dividendos	-	(110.231)	-	-	(110.231)	-
Dividendos/remuneração	-	(1.002.482)	(1.698.339)	-	(1.002.482)	(1.698.339)
Aumento de Capital	-	-	439.593	-	-	439.593
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	(1.112.713)	(1.258.746)	-	(1.112.713)	(1.258.746)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(12.610.821)	17.129.164	(19.304.905)	(12.610.821)	17.129.164	(19.304.905)
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES, LÍQUIDA						
Caixa e Equivalentes no início do Período	45.236.533	15.496.548	34.801.453	45.236.533	15.496.548	34.801.453
Caixa e Equivalentes no fim do período	32.625.712	32.625.712	15.496.548	32.625.712	32.625.712	15.496.548
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes	-12.610.821	17.129.164	-19.304.905	-12.610.821	17.129.164	-19.304.905
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES						
Juros pagos	18.537.168	34.523.078	25.278.294	18.537.168	34.523.078	25.278.294
Juros recebidos	26.417.749	48.356.986	40.748.017	26.417.749	48.356.986	40.748.017
Dividendos recebidos	124	328	29.129	77.433	142.249	29.031

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	CAIXA - Individual						CAIXA - Consolidado					
	2º semestre - 2011		Exercício - 2011		Exercício - 2010		2º semestre - 2011		Exercício - 2011		Exercício - 2010	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	35.332.114	361,19	65.953.268	357,75	51.150.797	350,61	35.389.694	360,27	66.073.176	356,90	51.166.240	350,26
Intermediação financeira	32.786.711	335,16	60.357.532	327,40	44.874.689	307,59	32.844.290	334,36	60.477.439	326,69	44.890.132	307,29
Prestação de serviços	6.509.887	66,55	12.646.067	68,61	10.477.146	71,81	6.509.887	66,27	12.646.067	68,31	10.477.146	71,72
Provisão p/ deved. duvidosos - Reversão/(Constituição)	-3.839.911	(39,25)	-6.815.735	(36,97)	-4.050.041	-27,76	-3.839.911	-39,09	-6.815.735	-36,82	-4.050.041	-27,72
Não operacionais	-124.573	(1,27)	-234.596	(1,27)	-150.997	-1,03	-124.573	-1,27	-234.596	-1,27	-150.997	-1,03
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.751.209	181,46	31.973.250	173,43	23.006.342	157,69	17.694.796	180,13	31.870.111	172,15	22.935.977	157,01
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	7.603.300	77,72	15.071.924	81,75	13.355.307	91,54	7.606.644	77,43	15.076.344	81,44	13.369.208	91,52
Materials, energia e outros	1.510.017	15,44	2.831.312	15,36	2.233.427	15,31	1.510.017	15,37	2.831.312	15,29	2.233.444	15,29
Serviços de terceiros	1.594.947	16,30	3.000.599	16,28	2.540.389	17,41	1.598.291	16,27	3.005.005	16,23	2.540.389	17,39
Outras	4.498.336	45,98	9.240.013	50,12	8.581.491	58,82	4.498.336	45,79	9.240.027	49,91	8.595.375	58,84
Outras despesas operacionais - atual. Monetária	460.709	4,71	1.132.276	6,14	1.228.861	8,42	460.709	4,69	1.132.276	6,12	1.228.861	8,41
Outras despesas operacionais - juros	476.825	4,87	903.337	4,90	781.787	5,36	476.825	4,85	903.337	4,88	781.787	5,35
Despesas de contribuição ao SFH	554	0,01	382.634	2,08	1.022	0,01	554	0,01	382.634	2,07	1.022	0,01
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	375.375	3,84	690.766	3,75	586.755	4,02	375.375	3,82	690.766	3,73	586.755	4,02
Outras desp. operacionais - benefícios pós-emprego	281.428	2,88	562.856	3,05	537.707	3,69	281.428	2,86	562.856	3,04	537.707	3,68
Comissões e tarifas	226.417	2,31	449.689	2,44	412.538	2,83	226.417	2,30	449.689	2,43	412.538	2,82
Despesa de administração de loterias	95.463	0,98	193.430	1,05	190.402	1,31	95.463	0,97	193.430	1,04	190.402	1,30
Demais	2.581.565	26,39	4.925.025	26,71	4.842.419	33,19	2.581.565	26,28	4.925.039	26,60	4.856.303	33,25
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	9.977.605	102,00	18.908.094	102,56	14.789.148	101,37	10.088.254	102,70	19.126.721	103,32	14.861.055	101,73
5. RETENÇÕES	373.586	3,82	752.559	4,08	680.969	4,67	373.586	3,80	752.559	4,07	680.969	4,66
Depreciação, amortização e exaustão	373.586	3,82	752.559	4,08	680.969	4,67	373.586	3,80	752.559	4,07	680.969	4,66
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	9.604.019	98,19	18.155.535	98,48	14.108.179	96,70	9.714.668	98,89	18.374.162	99,25	14.180.086	97,07
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	178.461	1,81	280.071	1,52	480.961	3,30	108.562	1,11	138.660	0,75	428.190	2,93
Resultado da equivalência patrimonial	178.461	1,81	280.071	1,52	480.961	3,30	108.562	1,11	138.660	0,75	428.190	2,93
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	9.782.480	100,00	18.435.606	100,00	14.589.140	100,00	9.823.229	100,00	18.512.821	100,00	14.608.276	100,00
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9.782.480	100,00	18.435.606	100,00	14.589.140	100,00	9.823.229	100,00	18.512.821	100,00	14.608.276	100,00
Pessoal e encargos	5.887.487	60,19	10.831.943	58,76	9.279.464	63,61	5.887.717	59,93	10.832.788	58,52	9.279.992	63,53
- Salários	3.916.910	40,04	7.576.111	41,09	6.539.978	44,83	3.917.141	39,88	7.576.957	40,93	6.540.506	44,77
- Encargos previdenciários	355.676	3,64	681.445	3,70	578.524	3,97	355.676	3,62	681.445	3,68	578.524	3,97
- Previdência privada	225.533	2,31	443.037	2,40	365.484	2,51	225.533	2,30	443.037	2,39	365.484	2,50
- Benefícios	705.606	7,21	1.340.384	7,27	1.118.218	7,66	705.606	7,18	1.340.384	7,24	1.118.218	7,65
- Participação nos resultados	683.762	6,99	790.966	4,29	677.260	4,64	683.762	6,96	790.966	4,27	677.260	4,64
Impostos, taxas e contribuições	646.713	6,61	1.727.217	9,37	927.025	6,35	687.231	7,00	1.803.587	9,74	945.633	6,47
- Federais	465.261	4,76	1.328.357	7,21	587.524	4,03	505.779	5,15	1.404.727	7,59	606.060	4,15
- Municipais	181.452	1,85	398.860	2,16	339.501	2,33	181.452	1,85	398.860	2,15	339.573	2,32
Aluguéis	340.063	3,48	693.921	3,77	618.240	4,24	340.064	3,46	693.921	3,75	618.240	4,23
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.271.476	23,22	2.768.488	15,02	1.698.339	11,64	424.046	4,32	852.865	4,61	1.698.339	11,63
Lucros retidos	636.741	6,51	2.414.037	13,09	2.066.072	14,16	2.484.171	25,29	4.329.660	23,39	2.066.072	14,14

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas

Página

Nota 1 – Contexto Operacional	10
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis	10
Nota 3 – Principais práticas contábeis	12
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	21
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	22
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	23
Nota 7 – Relações interfinanceiras - créditos vinculados	35
Nota 8 – Carteira de Crédito	37
Nota 9 – Outros créditos	47
Nota 10 – Outros valores e bens	49
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	49
Nota 12 – Imobilizado de uso	53
Nota 13 – Intangível	54
Nota 14 – Diferido	54
Nota 15 – Depósitos e captações no mercado aberto	55
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	61
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses do País – instituições oficiais	62
Nota 18 – Outras obrigações	63
Nota 19 – Patrimônio líquido	67
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contrib. social s/ o lucro líquido (CSLL)	69
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira	73
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira	73
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	74
Nota 24 – Despesas com pessoal	75
Nota 25 – Outras despesas administrativas	75
Nota 26 – Outras receitas operacionais	76
Nota 27 – Outras despesas operacionais	76
Nota 28 – Resultado não operacional	77
Nota 29 – Despesas tributárias	77
Nota 30 – Provisões	77
Nota 31 – Partes relacionadas	81
Nota 32 – Benefícios a empregados	82
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo	94
Nota 34 – Outras informações	107
Nota 35 – Eventos subsequentes	108



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto Operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Com sede e foro no Brasil, está domiciliada em Brasília, no Distrito Federal e atua em todo o território nacional e no exterior, com escritórios de representação no Japão, Estados Unidos e Venezuela. O capital da CAIXA pertence integralmente à União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da CAIXA se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA atua em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infraestrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB) e o Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria (Nota 34 (a)).

A CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas, para cumprir o seu objeto social, e a adquirir participações acionárias em outras instituições, públicas ou privadas, do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculados, conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Em 31 de março de 2009, a CAIXA constituiu a CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. (CAIXAPAR), sociedade comercial sob a forma de sociedade anônima, com capital social de R\$ 2,5 bilhões, representado por 2,5 bilhões de ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizado pela CAIXA.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Instituição Financeira CAIXA e de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

As notas explicativas trazem informações complementares às seguintes demonstrações contábeis individuais e consolidadas: balanços patrimoniais; demonstrações do resultado; demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As notas explicativas fornecem, de forma clara, relevante, confiável e comparável, descrições narrativas e detalhes da composição dessas informações contábeis.

Para clareza nas informações evidenciadas quando apresentamos a nomenclatura CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO denota que as informações são coincidentes tanto na demonstração individual quanto na demonstração consolidada.

Visando a convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BrGaap) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional já aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.566/2008;
- CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.604/2008;
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes relacionadas, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução do CMN nº 3989/2011;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Resolução do CMN nº 4007/2011;
- CPC 24 - Evento Subsequente, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011; e
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os pronunciamentos CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador. O pronunciamento CPC 10 não produz efeitos na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA. O pronunciamento CPC 23 produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012 e será adotado nas demonstrações contábeis elaboradas a partir desta data.

A aprovação e autorização para a publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi concedida de acordo com a deliberação do Conselho de Administração em 02 de fevereiro de 2012.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

(b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis incluem a CAIXA e sua subsidiária, CAIXAPAR, com a respectiva eliminação de todos os saldos e transações entre estas empresas quando da consolidação.

As informações contábeis da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes.

O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação.

O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação minoritária.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações contábeis, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. No caso de operações com uma coligada, os resultados não realizados são eliminados de acordo com o investimento da CAIXA na coligada.

(c) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificados por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(d) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da CAIXA.

Os itens incluídos nas informações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados usando a mesma moeda funcional definida.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional no final do período.

Os itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio histórica na data de cada transação e o resultado é convertido pela média da taxa de câmbio do período.

(e) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa incluem valores em espécie, saldos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de alta liquidez.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados, pelo seu valor de face, e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das informações contábeis.

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, de moeda estrangeira, as aplicações em operações interfinanceiras e compromissadas, com vencimento original de até 90 dias e que apresentam risco reduzido de mudança de valor justo, consideradas na gestão dos compromissos a curto prazo.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

(g) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e finalidade da sua aquisição e conforme suas características.

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda: são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações serão levadas a resultados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.

- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados "pro-rata" dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, sendo sua finalidade destinada à proteção contra riscos (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

(i) Determinação do valor justo

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado, sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles foram mensurados estão disponíveis na nota de Gerenciamento do Risco Corporativo (Nota 33).

(j) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração, realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo especial (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(1) Compreendem as operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução do CMN nº 2.682/1999.

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias (360 dias – prazo especial), são baixadas contra a provisão, e controladas por no mínimo cinco anos em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.059/2002 alterada pela Resolução do CMN nº 3.355/2006.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.

A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

(l) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

(m) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas, cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e submetidos a testes de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(n) Imobilizado

Este grupo inclui os valores dos prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computador e outros utensílios de propriedade da CAIXA destinados à manutenção de suas atividades operacionais.

O ativo é registrado ao custo de aquisição ou formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 submetido a testes de redução ao valor recuperável e depreciado pelo método linear sem valor residual.

Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados com estes ativos.

A CAIXA avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável).

Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente (se esta for estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras.

Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado.

Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

(o) Intangível

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da CAIXA ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável, conforme estabelece a Resoluções do CMN nº. 3.642/2008 e nº. 3.566/2008.

São ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas.

Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados ao custo de aquisição menos a amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis acumuladas.

Podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, as vidas úteis remanescentes desses ativos são revisadas ao final de cada período contábil, a fim de determinar se continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se o método linear.

A despesa de amortização do ativo intangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de Folha de Pagamento ¹	Até 5 anos

(1) Referem-se a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O intangível “Aquisição de Folha de Pagamento” da CAIXA é amortizado durante a vigência dos respectivos contratos, sendo no máximo de 5 anos.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração consolidada do resultado sob a rubrica ‘depreciação e amortização’, em outras despesas administrativas.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

(p) Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear no prazo de até cinco anos, e sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Conforme determinado na Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes, constituídos até setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

(q) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

(r) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/2009, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

(1) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis e a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

(2) Provisões – são constituídas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA.

(3) Passivos contingentes – classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

(s) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base “pro-rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base “pro-rata” dia).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(t) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A CAIXA avalia, na data do balanço, se há alguma evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está acima do valor recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado acima do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ('um evento de perda' incorrido), exceto na avaliação das operações de crédito da Instituição onde conforme legislação vigente é utilizado o critério de perda esperada.

(u) Benefícios a empregados

A CAIXA opera plano de aposentadoria do tipo Benefício Definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados nas demonstrações contábeis, para os planos previdenciários e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade BD, a CAIXA adota a seguinte política:

a) A parcela dos ganhos ou perdas a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos e perdas acumulados não reconhecidos, que exceda, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

- i) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- ii) 10% do valor justo dos ativos do plano.

b) Desta forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida em cada exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados, conforme item (a), pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

A CAIXA também opera planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida e não geram ganhos ou perdas atuariais.

Outros benefícios concedidos são o auxílio pecúlio, estruturado na modalidade BD e o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos titulares (empregados CAIXA e aposentados) e respectivos dependentes.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado, estabelecido pela IAS 19.

A CAIXA fornece aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Caixa	2.247.796	1.767.713
Disponibilidade em moeda nacional	2.638.133	1.686.505
Disponibilidade em moeda estrangeira	56.406	36.775
Total de Disponibilidades (caixa)	4.942.335	3.490.993
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	27.683.377	12.005.555
Total	32.625.712	15.496.548

(1) Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	Aplicações no mercado aberto				31/12/2011	%	31/12/2010	%
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Posição bancada	8.469.148	-	-	-	8.469.148	28,47	677.690	5,55
Letras Financeiras do Tesouro	7.551.669	-	-	-	7.551.669	25,39	120.684	0,99
Letras do Tesouro Nacional	805.109	-	-	-	805.109	2,71	507.006	4,15
Notas do Tesouro Nacional	112.370	-	-	-	112.371	0,38	50.000	0,41
Posição financiada	19.214.229	-	-	-	19.214.229	64,59	11.327.865	92,80
Letras Financeiras do Tesouro	19.214.229	-	-	-	19.214.229	64,59	11.026.875	90,33
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	300.990	2,47
Aplicações em depósitos interfinanceiros	524.719	1.538.871	-	-	2.063.590	6,94	201.687	1,65
Aplicações em depósitos interfinanceiros	524.719	1.538.946	-	-	2.063.665	6,94	202.058	1,66
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	-	(75)	-	-	(75)	-	(371)	(0,00)
Total	28.208.096	1.538.871	-	-	29.746.967	100,00	12.207.242	100,00
Ativo circulante	28.208.096	1.538.871	-	-	29.746.967	100,00	12.207.242	100,00
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-

(a) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2011		2010
	2° semestre	Exercício	Exercício
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	3.284.265	5.604.211	3.889.579
Posição bancada	1.008.455	1.809.721	315.793
Posição financiada	2.275.810	3.794.490	3.573.786
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	63.590	70.324	7.898
Total	3.347.855	5.674.535	3.897.477



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	2011		2010		2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
I – Títulos para negociação	55.144.135	46,18	37.531.591	34,57	55.144.135	46,05	37.531.591	34,57
Letras Financeiras do Tesouro	4.548.577	3,81	7.132.082	6,57	4.548.577	3,80	7.132.082	6,57
Letras do Tesouro Nacional	39.649.308	33,21	22.134.575	20,39	39.649.308	33,11	22.134.575	20,39
Notas do Tesouro Nacional	10.861.159	9,10	8.197.330	7,55	10.861.159	9,07	8.197.330	7,55
Debêntures	55.266	0,05	50.084	0,05	55.266	0,05	50.084	0,05
Cotas de Fundos	22.877	0,02	17.520	0,02	22.877	0,02	17.520	0,02
Certificados de Recebíveis Imobiliários	6.948	0,01	-	-	6.948	0,01	-	-
II - Títulos disponíveis para venda	5.594.541	4,69	1.582.856	1,46	5.927.646	4,95	1.582.856	1,46
Letras Financeiras do Tesouro	152.848	0,13	211.313	0,19	152.848	0,13	211.313	0,19
Notas do Tesouro Nacional	6.516	0,01	6.196	0,01	6.516	0,01	6.196	0,01
Títulos da Dívida Agrária	279	-	266	-	279	-	266	-
Tesouro Nacional/Securitização	725.416	0,61	-	-	725.416	0,61	-	-
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	64.318	0,06	-	-	64.318	0,06
Debêntures	2.030.111	1,70	301.802	0,28	2.030.111	1,70	301.802	0,28
Notas Promissórias	-	-	723.966	0,67	-	-	723.966	0,67
Cotas de Fundos	7.864	0,01	7.880	0,01	7.864	0,01	7.880	0,01
Certificados de Recebíveis Imobiliários	419.271	0,35	64.235	0,06	419.271	0,35	64.235	0,06
Ações	2.252.236	1,89	202.880	0,19	2.585.341	2,16	202.880	0,19
III - Títulos mantidos até o vencimento	58.666.199	49,13	69.460.825	63,97	58.666.199	49,00	69.460.825	63,97
Letras Financeiras do Tesouro	4.552.399	3,81	5.494.117	5,06	4.552.399	3,80	5.494.117	5,06
Letras do Tesouro Nacional	4.765.860	3,99	9.683.462	8,92	4.765.860	3,98	9.683.462	8,92
Notas do Tesouro Nacional	49.149.472	41,16	54.114.797	49,84	49.149.472	41,05	54.114.797	49,84
Tesouro Nacional/Securitização	1.230	-	168.449	0,16	1.230	-	168.449	0,16
Certificados de Recebíveis Imobiliários	197.238	0,17	-	-	197.238	0,16	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	1	-	-	-	1	-
Total	119.404.875	100,00	108.575.273	100,00	119.737.980	100,00	108.575.273	100,00
Ativo circulante	77.898.059	65,24	57.737.196	53,18	78.234.953	65,34	57.737.196	53,18
Ativo não circulante	41.506.816	34,76	50.838.077	46,82	41.503.027	34,66	50.838.077	46,82



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos por prazo

(b.1) Categoria I - Títulos para negociação

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31 de dezembro de 2011								31 de dezembro de 2010				
	Sem vencimento	0 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado
Títulos Públicos - Brasil	-	8.198.928	1.797	3.362.353	10.391.830	21.626.814	11.477.321	54.416.592	642.451	55.059.043	37.506.384	(42.397)	37.463.987
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.797	-	1.672.050	1.527.971	1.346.759	4.549.108	(531)	4.548.577	7.133.001	(919)	7.132.082
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	3.362.353	8.719.780	17.436.612	10.130.562	39.031.724	617.583	39.649.307	22.158.813	(24.238)	22.134.575
Notas do Tesouro Nacional	-	8.198.928	-	-	-	2.662.231	-	10.835.760	25.399	10.861.159	8.214.570	(17.240)	8.197.330
Títulos - Empresas	22.877	-	-	-	6.396	23.994	31.825	83.554	1.538	85.092	67.078	526	67.604
Debêntures	-	-	-	-	6.396	23.994	24.877	53.840	1.427	55.267	49.558	526	50.084
Cotas de Fundos	22.877	-	-	-	-	-	-	22.877	-	22.877	17.520	-	17.520
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	-	6.948	6.837	111	6.948	-	-	-
Total	22.877	8.198.928	1.797	3.362.353	10.398.226	21.650.808	11.509.146	54.500.146	643.989	55.144.135	37.573.462	(41.871)	37.531.591
% Pz Venc.	0,04	14,87	-	6,10	18,86	39,26	20,87	-	-	100,00	-	-	-



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	31 de dezembro de 2011										31 de dezembro de 2010		
	Sem vencimento	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado
Títulos Públicos - Brasil	-	-	-	279	-	152.848	731.932	1.024.891	(139.832)	885.059	770.105	(342.193)	427.912
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	152.848	-	152.665	183	152.848	210.757	556	211.313
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	6.516	4.187	2.329	6.516	3.998	2.198	6.196
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	279	-	-	-	274	5	279	254	12	266
Tesouro Nacional/Securitização	-	-	-	-	-	-	725.416	867.765	(142.349)	725.416	-	-	-
Certificado Financeiras Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63.604	714	64.318
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	491.492	(345.673)	145.819
Títulos - Empresas	2.260.100	2.558	-	-	76.745	88.901	2.281.178	5.123.071	(413.589)	4.709.482	1.114.363	40.581	1.154.944
Debêntures	-	2.558	-	-	76.745	88.901	1.861.907	2.035.109	(4.998)	2.030.111	294.388	7.414	301.802
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	724.187	(221)	723.966
Cotas de Fundos	7.864	-	-	-	-	-	-	7.864	-	7.864	7.880	-	7.880
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	419.271	452.165	(32.894)	419.271	62.952	1.283	64.235
Ações	2.252.236	-	-	-	-	-	-	2.627.933	(375.697)	2.252.236	24.956	32.105	57.061
Total	2.260.100	2.558	-	279	76.745	241.749	3.013.110	6.147.962	(553.421)	5.594.541	1.884.468	(301.612)	1.582.856



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	31 de dezembro de 2011								31 de dezembro de 2010				
	Sem vencimento	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado
Títulos Públicos - Brasil	-	-	-	279	-	152.848	731.932	1.024.891	(139.832)	885.059	770.105	(342.193)	427.912
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	152.848	-	152.665	183	152.848	210.757	556	211.313
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	6.516	4.187	2.329	6.516	3.998	2.198	6.196
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	279	-	-	-	274	5	279	254	12	266
Tesouro Nacional/Securitização	-	-	-	-	-	-	725.416	867.765	(142.349)	725.416	-	-	-
Certificado Financeiras Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63.604	714	64.318
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	491.492	(345.673)	145.819
Títulos - Empresas	2.593.205	2.558	-	-	76.745	88.901	2.281.178	5.220.714	(178.127)	5.042.587	1.114.363	40.581	1.154.944
Debêntures	-	2.558	-	-	76.745	88.901	1.861.907	2.035.109	(4.998)	2.030.111	294.388	7.414	301.802
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	724.187	(221)	723.966
Cotas de Fundos	7.864	-	-	-	-	-	-	7.864	-	7.864	7.880	-	7.880
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	419.271	452.165	(32.894)	419.271	62.952	1.283	64.235
Ações	2.585.341	-	-	-	-	-	-	2.725.576	(140.235)	2.585.341	24.956	32.105	57.061
Total	2.593.205	2.558	-	279	76.745	241.749	3.013.110	6.245.605	(317.959)	5.927.646	1.884.468	(301.612)	1.582.856



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	31 de dezembro de 2011							31 de dezembro 2010		
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
Títulos Públicos - Brasil	7.779.961	-	-	12.634.283	6.935.524	31.119.193	58.468.961	61.037.797	69.460.825	71.639.162
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.506.138	26.205	3.020.056	4.552.399	4.552.233	5.494.117	5.493.604
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	4.765.860	4.765.860	4.844.966	9.683.462	9.682.131
Notas do Tesouro Nacional	7.779.961	-	-	11.128.145	6.909.319	23.332.047	49.149.472	51.639.564	54.114.797	56.323.296
Tesouro Nacional/ Securitização	-	-	-	-	-	1.230	1.230	1.034	168.449	140.131
Títulos - Empresas	-	-	-	-	-	197.238	197.238	207.784	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	197.238	197.238	207.784	-	-
Total	7.779.961	-	-	12.634.283	6.935.524	31.316.431	58.666.199	61.245.581	69.460.825	71.639.162



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Classificação consolidada por prazos

CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	31 de dezembro de 2011											
	Custo	Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado refletida		Valor Contábil	Valor de Mercado*	Sem vencimento	00 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 360	361 - 720	Acima de 720 dias
		Resultado	Patrimônio líquido									
Títulos Públicos - Brasil	113.910.445	642.451	(139.832)	114.413.064	116.981.900	-	15.978.889	1.797	3.362.632	23.026.114	28.715.187	43.328.447
Letras Financeiras do Tesouro	9.254.173	(531)	183	9.253.825	9.253.658	-	-	1.797	-	3.178.188	1.707.025	4.366.815
Letras do Tesouro Nacional	43.797.584	617.583	-	44.415.167	44.494.273	-	-	-	3.362.353	8.719.780	17.436.612	14.896.423
Notas do Tesouro Nacional	59.989.419	25.399	2.329	60.017.147	62.507.239	-	15.978.889	-	-	11.128.145	9.571.550	23.338.563
Tesouro Nacional/Securitização	868.995	-	(142.349)	726.646	726.450	-	-	-	-	-	-	726.646
Títulos da Dívida Agrária	274	-	5	279	279	-	-	-	279	-	-	-
Títulos - Empresas	5.403.863	1.537	(413.589)	4.991.811	5.002.357	2.282.977	2.558	-	-	83.141	112.895	2.510.239
Debêntures	2.088.949	1.426	(4.998)	2.085.377	2.085.377	-	2.558	-	-	83.141	112.895	1.886.782
Cotas de Fundos	30.741	-	-	30.741	30.741	30.741	-	-	-	-	-	-
Certif. de Recebíveis Imobiliários	656.240	111	(32.894)	623.457	634.003	-	-	-	-	-	-	623.457
Ações	2.627.933	-	(375.697)	2.252.236	2.252.236	2.252.236	-	-	-	-	-	-
Subtotal - TVM	119.314.307	643.989	(553.421)	119.404.875	121.984.257	2.282.977	15.981.447	1.797	3.362.632	23.109.254	28.828.082	45.838.686
Para negociação	54.500.146	643.989	-	55.144.135	55.144.135	22.877	8.198.928	1.797	3.362.353	10.398.227	21.650.808	11.509.145
Disponíveis para Venda	6.147.962	-	(553.421)	5.594.541	5.594.541	2.260.100	2.558	-	279	76.744	241.750	3.013.110
Mantidos até o Vencimento	58.666.199	-	-	58.666.199	61.245.581	-	7.779.961	-	-	12.634.283	6.935.524	31.316.431
Derivativos (ATIVO)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivativos (PASSIVO)	827	-	-	-	827	-	-	-	-	-	-	-
TVM e Derivativos (ATIVO)	119.314.307	643.989	(553.421)	119.404.875	121.984.257	2.282.977	15.981.447	1.797	3.362.632	23.109.254	28.828.082	45.838.686
TVM e Derivativos (PASSIVO)	827	-	-	-	827	-	-	-	-	-	-	-

Os títulos Mantidos até o vencimento foram marcados a mercado para análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

Os títulos da categoria I – Títulos para negociação são classificados com ativo circulante, conforme instrução 3068 do BACEN.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	31 de dezembro de 2011											
	Custo	Provisão para Ajuste a Valor de Mercado refletida		Valor Contábil	Valor de Mercado*	Sem vencimento	00 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 360	361 - 720	Acima de 720 dias
		Resultado	Patrimônio líquido									
Títulos Públicos - Brasil	113.910.445	642.451	(139.832)	114.413.064	116.981.900	-	15.978.889	1.797	3.362.632	23.026.114	28.715.187	43.328.447
Letras Financeiras do Tesouro	9.254.173	(531)	183	9.253.825	9.253.658	-	-	1.797	-	3.178.188	1.707.025	4.366.815
Letras do Tesouro Nacional	43.797.584	617.583	-	44.415.167	44.494.273	-	-	-	3.362.353	8.719.780	17.436.612	14.896.423
Notas do Tesouro Nacional	59.989.419	25.399	2.329	60.017.147	62.507.239	-	15.978.889	-	-	11.128.145	9.571.550	23.338.563
Tesouro Nacional/Securitização	868.995	-	(142.349)	726.646	726.450	-	-	-	-	-	-	726.646
Títulos da Dívida Agrária	274	-	5	279	279	-	-	-	279	-	-	-
Títulos - Empresas	5.501.506	1.537	(178.127)	5.324.916	5.335.462	2.616.082	2.558	-	-	83.141	112.895	2.510.239
Debêntures	2.088.949	1.426	(4.998)	2.085.377	2.085.377	-	2.558	-	-	83.141	112.895	1.886.782
Cotas de Fundos	30.741	-	-	30.741	30.741	30.741	-	-	-	-	-	-
Certif. de Recebíveis Imobiliários	656.240	111	(32.894)	623.457	634.003	-	-	-	-	-	-	623.457
Ações	2.725.576	-	(140.235)	2.585.341	2.585.341	2.585.341	-	-	-	-	-	-
Subtotal - TVM	119.411.950	643.989	(317.959)	119.737.980	122.317.362	2.616.082	15.981.447	1.797	3.362.632	23.109.254	28.828.082	45.838.686
Para negociação	54.500.146	643.989	-	55.144.135	55.144.135	22.877	8.198.928	1.797	3.362.353	10.398.227	21.650.808	11.509.145
Disponíveis para Venda	6.245.605	-	(317.959)	5.927.646	5.927.646	2.593.205	2.558	-	279	76.744	241.750	3.013.110
Mantidos até o Vencimento	58.666.199	-	-	58.666.199	61.245.581	-	7.779.961	-	-	12.634.283	6.935.524	31.316.431
Derivativos (ATIVO)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivativos (PASSIVO)	827	-	-	-	827	-	-	-	-	-	-	-
TVM e Derivativos (ATIVO)	119.411.950	643.989	(317.959)	119.737.980	122.317.362	2.616.082	15.981.447	1.797	3.362.632	23.109.254	28.828.082	45.838.686
TVM e Derivativos (PASSIVO)	827	-	-	-	827	-	-	-	-	-	-	-



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

CAIXA INDIVIDUAL								
Descrição	Carteira Própria	Vinculados				Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	%
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Livre movimentação	Banco Central			
Títulos Públicos – Brasil	76.772.430	36.329.796	1.059.043	250.611	1.184	-	114.413.064	95,82
Letras Financeiras do Tesouro	3.529.650	5.719.885	4.290	-	-	-	9.253.825	7,75
Letras do Tesouro Nacional	28.304.283	15.819.409	40.864	250.611	-	-	44.415.167	37,20
Notas do Tesouro Nacional	44.211.572	14.790.502	1.013.890	-	1.184	-	60.017.147	50,26
Tesouro Nacional/ Securitização	726.646	-	-	-	-	-	726.646	0,61
Títulos da Dívida Agrária	279	-	-	-	-	-	279	-
Títulos - Empresas	4.991.811	-	-	-	-	-	4.991.811	4,18
Debêntures	2.085.377	-	-	-	-	-	2.085.377	1,75
Cotas de Fundos	30.741	-	-	-	-	-	30.741	0,03
Certificado de Recebíveis Imobiliários	623.457	-	-	-	-	-	623.457	0,52
Ações	2.252.236	-	-	-	-	-	2.252.236	1,89
31 de dezembro de 2011	81.764.241	36.329.796	1.059.043	250.611	1.184	-	119.404.875	100,00
31 de dezembro de 2010	74.075.110	34.184.622	314.325	-	1.215	1	108.575.273	100,00



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	Carteira Própria	Vinculados				Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	%
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Livre movimentação	Banco Central			
Títulos Públicos – Brasil	76.772.430	36.329.796	1.059.043	250.611	1.184	-	114.413.064	95,55
Letras Financeiras do Tesouro	3.529.650	5.719.885	4.290	-	-	-	9.253.825	7,73
Letras do Tesouro Nacional	28.304.283	15.819.409	40.864	250.611	-	-	44.415.167	37,09
Notas do Tesouro Nacional	44.211.572	14.790.502	1.013.890	-	1.184	-	60.017.147	50,12
Tesouro Nacional/ Securitização	726.646	-	-	-	-	-	726.646	0,61
Títulos da Dívida Agrária	279	-	-	-	-	-	279	-
Títulos - Empresas	5.324.916	-	-	-	-	-	5.324.916	4,45
Debêntures	2.085.377	-	-	-	-	-	2.085.377	1,74
Cotas de Fundos	30.741	-	-	-	-	-	30.741	0,03
Certificado de Recebíveis Imobiliários	623.457	-	-	-	-	-	623.457	0,52
Ações	2.585.341	-	-	-	-	-	2.585.341	2,16
31 de dezembro de 2011	82.097.346	36.329.796	1.059.043	250.611	1.184	-	119.737.980	100,00
31 de dezembro de 2010	74.075.110	34.184.622	314.325	-	1.215	1	108.575.273	100,00



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os títulos CVS referentes a contratos de novação de dívida do FCVS, cujo prazo de vencimento é em 2027, são remunerados com base na variação da TR mais juros anuais de até 6,17%. Tendo por base a Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União está autorizada a permutá-los por outros títulos de emissão do Tesouro Nacional ao valor de face atualizado. Ciente de que a permuta, quando necessária, será realizada e considerando a capacidade financeira da CAIXA, a Administração decidiu classificar os referidos títulos na categoria mantidos até o vencimento – Tesouro Nacional/Securitização.

(e) Resultado com títulos e valores mobiliários

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações compromissadas	3.284.265	5.604.211	3.889.579
Ativos financeiros disponíveis para venda	78.191	146.208	131.488
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.576.129	5.513.414	3.161.715
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.441.264	7.560.348	8.191.555
Outros	63.301	72.194	7.527
Total	10.443.150	18.896.375	15.381.864

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) registrados em contas patrimoniais e contas de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada por causa dos ajustes diários. Os contratos de *swap*, registrados na Cetip e na BM&F Bovespa, estão sujeitos a risco de crédito no caso da contraparte não ter capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em "*swap*" em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 67 (2010 - R\$ 94).

As posições desses derivativos têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R\$ 46.132.605 (2010 - R\$ 18.809.362). O diferencial a pagar de *swap* nessa data monta R\$ 827 (2010 - R\$ 1.643).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Descrição	31 de dezembro de 2011				31 de dezembro de 2010			
	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber/Pago	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber/Pago	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de futuros								
Compromissos de venda	46.132.605	-	-	46.132.605	18.809.362	-	-	18.809.362
Moeda estrangeira	16.920	-	-	16.920	8.368	-	-	8.368
Índices	46.115.685	-	-	46.115.685	18.800.994	-	-	18.800.994
Contratos de swaps								
Posição ativa	-	-	-	-				
Taxa Referencial	-	-	-	-	136.804	1	14.515	151.320
Posição passiva	-	827	-	827				
Pós-Fixados	-	827	-	827	136.804	1.644	13.537	151.985

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, local de negociação, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de mercado:

Descrição	2011							2010
	31 de dezembro							31 de dezembro
	1 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
ATIVO – DI - Futuros - posição vendida								
BM&F Bovespa	8.195.509	-	3.360.554	8.346.828	17.233.735	8.979.059	46.115.685	18.800.994
ATIVO DOLAR - Futuros - posição vendida								
BM&F Bovespa	-	16.920	-	-	-	-	16.920	8.368
ATIVO DDI - Futuros - posição vendida								
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	57.604
ATIVO DDI - Futuros - posição comprada								
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	65.609

(i) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Swap	(40)	(19)	(5.099)
Futuro	(633.114)	(669.960)	(114.048)
Total	(633.154)	(669.979)	(119.147)

(j) Margem de garantia

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2011		2010
	31 de dezembro		31 de dezembro
Títulos públicos	1.059.043		314.325
- Notas do Tesouro Nacional	1.013.889		300.744
- Letras do Tesouro Nacional	40.864		9.896
- Letras Financeiras do Tesouro	4.290		3.685

(k) Marcação a mercado

A marcação a mercado desempenha importante papel no gerenciamento do risco de mercado, demonstrando as flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela CAIXA. Seu objetivo é estimar os preços dos fatores de risco de mercado aos quais estão expostas as operações ativas e passivas e, conseqüentemente, os preços que reflitam, da melhor maneira possível, as condições de negociação das posições das carteiras da CAIXA no mercado financeiro.

Na CAIXA, o processo de marcação a mercado é baseado nas cotações de mercado, quando existente. Na inexistência de mercado ativo adota-se a construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das curvas de taxas de juros de mercado. Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, sendo utilizados modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido e as curvas a partir dos preços e taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

A atividade de marcação a mercado está inserida no processo de gerenciamento do risco de mercado e é executada por unidade específica, sob a responsabilidade do Vice-Presidente de Controle e Risco.

A metodologia de marcação a mercado da CAIXA está alinhada às melhores práticas de governança corporativa e gestão de riscos. Abrange todas as operações ativas e passivas da CAIXA que possuem essa exigência e tem como princípios fundamentais a transparência da informação e a independência da unidade gestora.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os preços e taxas utilizados na avaliação do valor de mercado das operações ativas e passivas são oriundos de fontes com representatividade e confiabilidade no mercado: preços públicos ou disponíveis a todas as instituições financeiras e preços decorrentes de coletas privadas ou acessíveis a um grupo específico ou limitado destas instituições.

Os dados são capturados e utilizados para representar as informações de mercado relativas ao mesmo momento, sendo validados sob os aspectos físicos e lógicos.

A validação física ou de integridade consiste em verificar se os dados de mercado capturados nas fontes primárias e disponíveis nos sistemas envolvidos no processo de marcação a mercado apresentam os mesmos valores.

A validação lógica consiste em verificar se os dados capturados são consistentes e compatíveis com o comportamento do mercado, evitando imprecisões, erros ou não sincronismo e compreende duas funcionalidades:

- Verificação comparativa entre os valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado e os valores e estruturas temporais geradas em dias anteriores ou apresentadas pelos fatores de risco dos instrumentos, contratos, ativos ou títulos que possam servir de referência.

- Verificação absoluta para detectar e observar variações e descontinuidades inesperadas ou inconsistentes dentro dos próprios valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado, como, por exemplo, as variações no valor da taxa a termo utilizada para a interpolação ou extrapolação dos dados.

Nota 7 – Relações interfinanceiras - créditos vinculados

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	Remuneração	2011	2010
		31 de dezembro	31 de dezembro
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	4.714.065	5.218.082
Compulsório sobre depósito de poupança	TR + 6% a.a	29.894.553	25.729.976
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa selic	4.947.623	3.869.412
Compulsório adicional	Taxa selic	22.615.784	19.109.921
Total		62.172.025	53.927.391



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS no montante de R\$ 110.717 (2010 – R\$ 165.906) e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo, no montante de R\$ 21.179.699 (2010 – R\$ 23.734.553) e provisões de R\$ 2.956.500 (2010 – R\$ 2.913.331). Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2011		2010	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Situação dos contratos				
Não habilitados (i)	2.115.215	(406.454)	2.557.588	(447.211)
Habilitados e não homologados (ii)	6.047.503	(2.256.113)	5.529.138	(1.999.363)
Habilitados e homologados (iii)	13.016.981	(293.933)	15.647.827	(466.757)
Total	21.179.699	(2.956.500)	23.734.553	(2.913.331)

(i) Representam contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(ii) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS, para homologação final.

(iii) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

A CAIXA tem um estoque de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS, os quais se encontram com negativa de cobertura pelo FCVS, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários.

Para estes casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros.

Entretanto o Superior Tribunal de Justiça - STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90, para efeitos de cobertura do FCVS, definindo em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo FCVS de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90.

Em 2011, foram celebrados contratos de novação com a União no valor de R\$ 3.802.393 sendo R\$ 2.375.944 em títulos CVS e o restante, no valor de R\$ 1.426.449, em espécie.

(c) Resultado das aplicações compulsórias



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.588.543	4.844.898	2.942.783
Juros de ativos financeiros - FCVS	802.582	1.866.949	1.603.228
Total	3.391.125	6.711.847	4.546.011

Nota 8 – Carteira de Crédito

(a) Composição das carteiras de crédito por modalidade

(a.1) Resumo das carteiras de crédito por modalidade

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Operações de Crédito	249.548.776	98,68	175.783.675	98,47
Empréstimos e títulos descontados	62.593.560	24,75	46.060.683	25,80
Financiamentos	17.156.734	6,78	9.951.833	5,57
Financiamentos imobiliários	152.870.586	60,46	108.330.025	60,69
Financiamentos de Infraestrutura e desenvolvimento	16.927.896	6,69	11.441.134	6,41
Outros Créditos com características de concessão de crédito (nota 9 d)	3.341.523	1,32	2.731.572	1,53
Cartão de crédito (1)	3.287.162	1,30	2.681.455	1,50
Créditos por avais e fianças honradas	32.142	0,01	28.222	0,02
Devedores por compra de valores e bens	17.142	0,01	14.305	0,01
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	5.077	-	7.590	-
Total da Carteira de Crédito	252.890.299	100,00	178.515.247	100,00
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(15.837.093)	100,00	(11.299.930)	100,00
Provisão para operações de crédito	(15.701.121)	99,13	(11.146.173)	98,64
Provisão para outros créditos	(135.972)	0,87	(153.757)	1,36
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	237.053.206	-	167.215.317	-

(1) Inclui créditos com característica de concessão de crédito



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.2) Curso normal

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011		2010	
							31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Empréstimos e títulos descontados	2.069.779	1.094.908	860.875	2.621.262	3.992.937	45.279.148	55.918.909	27,15	41.643.077	27,92
Financiamentos	799.007	150.109	146.646	423.128	799.011	13.015.950	15.333.851	7,44	8.469.078	5,68
Financiamentos imobiliários	1.854.515	1.372.426	1.365.488	4.086.714	8.041.307	98.020.083	114.740.533	55,70	85.184.614	57,12
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	106.020	106.018	106.016	317.781	634.534	15.425.786	16.696.155	8,11	11.140.014	7,47
Outros Créditos	1.594.874	635.840	397.218	415.934	197.436	63.983	3.305.285	1,60	2.702.190	1,81
31 de dezembro de 2011	6.424.195	3.359.301	2.876.243	7.864.819	13.665.225	171.804.950	205.994.733	100,00	-	-
31 de dezembro de 2010	7.232.744	3.738.758	3.306.295	8.903.901	14.551.923	111.405.352	-	-	149.138.973	100,00

(a.3) Curso anormal – Parcelas vincendas

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011		2010	
							31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Empréstimos e títulos descontados	31.398	19.151	19.143	57.274	112.339	590.364	829.669	2,21	2.577.957	9,97
Financiamentos	792	789	783	2.410	4.817	89.214	98.805	0,26	673.470	2,60
Financiamentos imobiliários	650.190	400.339	400.050	1.203.472	2.394.204	31.359.315	36.407.570	96,88	22.307.100	86,26
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	1.881	1.866	1.866	5.599	11.198	207.315	229.725	0,61	291.883	1,13
Outros Créditos	8.947	269	102	303	579	3.803	14.003	0,04	10.294	0,04
31 de dezembro de 2011	693.208	422.414	421.944	1.269.058	2.523.137	32.250.011	37.579.772	100,00	-	-
31 de dezembro de 2010	1.153.489	403.183	399.246	1.162.761	2.208.441	20.533.584	-	-	25.860.704	100,00



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.4) Curso anormal – Parcelas vencidas

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011		2010	
							31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Empréstimos e títulos descontados	3.105.780	743.678	348.438	730.887	809.976	106.223	5.844.982	62,74	1.839.649	52,33
Financiamentos	437.904	246.761	207.084	392.165	410.331	29.833	1.724.078	18,51	809.285	23,02
Financiamentos imobiliários	524.334	99.925	219.525	441.986	426.996	9.717	1.722.483	18,49	838.311	23,85
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	884	1.122	1	9	-	-	2.016	0,02	9.237	0,26
Outros Créditos	6.458	5.173	2.004	2.611	2.891	3.098	22.235	0,24	19.088	0,54
31 de dezembro de 2011	4.075.360	1.096.659	777.052	1.567.658	1.650.194	148.871	9.315.794	100,00	-	-
31 de dezembro de 2010	425.571	301.696	489.749	995.129	1.183.876	119.549	-	-	3.515.570	100,00



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Modalidades e níveis de risco

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO													
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2011		2010	
										31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Empréstimos e títulos descontados	14.776.967	27.062.263	10.785.783	4.620.791	1.578.822	724.863	462.521	311.489	2.270.061	62.593.560	24,75	46.060.683	25,80
Financiamentos	6.618.354	5.597.731	1.940.839	851.200	461.896	202.845	157.838	126.622	1.199.409	17.156.734	6,78	9.951.834	5,57
Financiamentos imobiliários	2.026.539	84.039.756	25.384.112	29.623.467	2.124.210	930.812	778.603	560.049	7.403.038	152.870.586	60,46	108.330.026	60,68
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	4.718.497	6.256.251	2.356.616	2.340.543	1.032.517	121.713	-	4.353	97.406	16.927.896	6,69	11.441.134	6,41
Outros Créditos	228.596	2.119.673	402.503	224.517	242.378	45.616	12.580	5.483	60.177	3.341.523	1,32	2.731.570	1,53
31 de dezembro de 2011	28.368.953	125.075.674	40.869.853	37.660.518	5.439.823	2.025.849	1.411.542	1.007.996	11.030.091	252.890.299	100,00	-	-
%	11,22	49,46	16,16	14,89	2,15	0,80	0,56	0,40	4,36	100,00	-	-	-
31 de dezembro de 2010	9.836.648	88.712.380	40.935.095	23.994.247	3.861.454	1.442.303	1.085.515	940.056	7.707.549	-	-	178.515.247	100,00
%	5,51	49,69	22,93	13,44	2,16	0,81	0,61	0,53	4,32	-	-	100,00	-



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Curso normal

Descrição	Níveis de risco												
	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
	Operações em Curso Normal									2011		2010	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
01 a 30	1.040.328	3.344.492	831.184	631.661	270.262	62.350	32.584	13.584	197.750	6.424.195	3,12	7.232.744	4,85
31 a 60	311.583	1.813.216	522.051	382.650	143.749	34.801	16.677	6.211	128.363	3.359.301	1,63	3.738.758	2,51
61 a 90	184.921	1.636.150	443.370	349.027	103.789	25.540	12.829	5.487	115.130	2.876.243	1,40	3.306.295	2,22
91 a 180	388.047	4.646.878	1.203.085	991.794	218.859	59.503	31.414	14.431	310.808	7.864.819	3,82	8.903.901	5,97
181 a 360	731.222	7.784.876	2.394.003	1.776.751	323.789	98.585	45.921	19.114	490.964	13.665.225	6,63	14.551.923	9,76
Acima de 360	25.330.317	90.362.716	26.326.797	23.512.995	2.404.873	572.616	307.679	187.157	2.799.800	171.804.950	83,40	111.405.352	74,70
Total	27.986.418	109.588.328	31.720.490	27.644.878	3.465.321	853.395	447.104	245.984	4.042.815	205.994.733	100,00	149.138.973	100,00
%	13,59	53,20	15,40	13,42	1,68	0,41	0,22	0,12	1,96	100,00	-	100,00	-



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Curso anormal

Descrição	Níveis de risco												
	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
	Operações em Curso Anormal									2011		2010	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Parcelas Vencidas	191.033	1.546.921	1.509.954	1.083.835	794.126	590.685	492.991	431.300	2.674.949	9.315.794	100,00	3.515.570	100,00
01 a 30	190.700	1.544.419	1.228.668	468.551	204.257	72.577	47.670	27.496	291.022	4.075.360	43,75	425.571	12,11
31 a 60	333	2.502	280.452	467.559	103.219	44.421	30.330	18.698	149.145	1.096.659	11,77	301.696	8,58
61 a 90	-	-	834	99.064	407.880	90.203	34.920	22.355	121.796	777.052	8,34	489.749	13,93
91 a 180	-	-	-	48.661	78.603	338.380	343.857	324.977	433.180	1.567.658	16,83	995.129	28,31
181 a 360	-	-	-	-	167	45.104	36.214	37.724	1.530.985	1.650.194	17,71	1.183.876	33,68
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	50	148.821	148.871	1,60	119.549	3,40
Parcelas Vincendas	191.502	13.940.425	7.639.409	8.931.805	1.180.376	581.769	471.447	330.712	4.312.327	37.579.772	100,00	25.860.704	100,00
01 a 30	10.742	257.752	146.102	142.227	21.015	10.683	9.698	6.143	88.846	693.208	1,84	1.153.489	4,46
31 a 60	2.789	163.115	85.547	88.548	13.458	7.066	5.787	4.061	52.043	422.414	1,12	403.183	1,56
61 a 90	2.624	162.977	85.470	88.521	13.449	7.060	5.781	4.056	52.006	421.944	1,12	399.246	1,54
91 a 180	7.863	487.912	261.509	265.245	40.234	21.125	17.313	12.109	155.748	1.269.058	3,38	1.162.761	4,50
181 a 360	15.663	970.054	518.642	529.354	79.753	41.716	34.463	23.413	310.079	2.523.137	6,71	2.208.441	8,54
Acima de 360	151.821	11.898.615	6.542.139	7.817.910	1.012.467	494.119	398.405	280.930	3.653.605	32.250.011	85,83	20.533.584	79,40
subtotal	382.535	15.487.346	9.149.363	10.015.640	1.974.502	1.172.454	964.438	762.012	6.987.276	46.895.566	-	29.376.274	-
%	0,82	33,02	19,51	21,36	4,21	2,50	2,06	1,62	14,90	100,00	-	100,00	-



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição por setor de atividade da carteira de crédito

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
SETOR PÚBLICO	22.186.152	8,77	15.583.878	8,73
Administração Direta	9.956.253	3,94	6.363.069	3,56
Petroquímico	8.184.537	3,24	5.659.945	3,17
Saneamento	2.677.115	1,06	2.266.076	1,27
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	585.396	0,23	598.865	0,34
Outros	782.851	0,31	695.923	0,39
SETOR PRIVADO	230.704.147	91,23	162.931.369	91,27
PESSOA JURÍDICA	47.505.409	18,78	37.933.073	21,25
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	24.819.212	9,81	18.265.635	10,23
Comércio Varejista e Atacadista	7.671.154	3,03	6.433.934	3,60
Metalurgia	7.483.290	2,96	3.100.198	1,74
Fabricação de Produtos Químicos	1.568.928	0,62	296.159	0,17
Alimentos	3.786.027	1,50	2.138.161	1,20
Veículos Leves e Pesados	821.899	0,33	668.403	0,37
Vestuário e Acessórios	395.753	0,16	359.045	0,20
Outros Indústria e Comércio	3.092.161	1,22	5.269.735	2,95
SERVIÇOS	22.686.197	8,97	19.667.438	11,02
Petroquímico	567.087	0,22	493.977	0,27
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	3.348.153	1,32	2.693.267	1,51
Saneamento	283.830	0,11	207.208	0,12
Construção Civil	1.948.640	0,77	1.014.892	0,57
Saúde	1.586.975	0,63	1.352.890	0,76
Atividades de Serviços Financeiros	4.509.033	1,78	3.452.306	1,93
Escritório	379.914	0,15	401.856	0,23
Transporte Terrestre	1.261.430	0,50	376.421	0,21
Educação	332.909	0,13	303.384	0,17
Infraestrutura	350.756	0,14	242.229	0,14
Habitação	3.529.884	1,40	1.870.616	1,05
Telecomunicações	709.341	0,28	2.075.466	1,16
Outros Serviços	3.878.245	1,53	5.182.926	2,90
PESSOA FÍSICA	183.198.738	72,44	124.998.296	70,02
Habitação	140.433.145	55,53	98.675.809	55,28
Empréstimos	42.765.593	16,91	26.322.487	14,75
Total	252.890.299	100,00	178.515.247	100,00



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Composição das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito por faixa de vencimento

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Descrição	2011				2010	
	31 de dezembro				31 de dezembro	
	Setor público	Setor privado	Total	%	Total	%
Curto prazo	1.382.137	38.137.407	39.519.544	15,63	43.060.741	24,12
De 0 a 90 dias	374.720	13.822.585	14.197.305	5,61	16.233.718	9,09
De 91 a 360 dias	1.007.417	24.314.822	25.322.239	10,02	26.827.023	15,03
Longo prazo	20.796.638	183.258.323	204.054.961	80,69	131.938.936	73,91
De 1 ano até 3 anos	2.192.250	60.648.656	62.840.906	24,85	50.930.041	28,53
De 3 anos até 5 anos	5.843.041	51.186.375	57.029.416	22,55	35.524.893	19,90
De 5 anos até 15 anos	11.041.214	67.625.123	78.666.337	31,11	36.797.348	20,61
Mais de 15 anos	1.720.133	3.798.169	5.518.302	2,18	8.686.654	4,87
Total normal	22.178.775	221.395.730	243.574.505	96,32	174.999.677	98,03
Total vencido	7.377	9.308.417	9.315.794	3,68	3.515.570	1,97
Total geral	22.186.152	230.704.147	252.890.299	100,00	178.515.247	100,00

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 3.341.523 (2010 – R\$ 2.731.572), referente a “Outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 9 (d).

(f) Resultado de operação de crédito

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	7.877.129	14.606.076	10.851.620
Financiamentos imobiliários	6.822.408	12.306.471	7.961.166
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	573.964	1.044.434	751.383
Outros créditos	5.310	10.072	9.549
Total	15.278.811	27.967.053	19.573.718

(g) Concentração dos principais devedores

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Principal devedor	8.184.534	3,24	5.659.943	3,17
10 maiores devedores	26.257.097	9,92	16.143.293	9,04
20 maiores devedores	31.826.882	12,03	20.003.915	11,21
50 maiores devedores	39.309.802	14,89	25.073.515	14,05
100 maiores devedores	43.894.444	16,68	28.300.232	15,85



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Movimentação da carteira de renegociação

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Operações Renegociadas	2.813.134	2.632.371
Operações Comerciais	2.125.937	2.082.136
Operações Habitacionais	687.197	550.235
Operações Recuperadas	832.492	695.192
Operações Comerciais	317.768	336.789
Operações Habitacionais	514.724	358.403

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Saldo inicial	11.299.930	10.361.115
Constituição	8.043.465	1.631.216
Baixas	(1.227.730)	(451.978)
Transferência para prejuízo	(2.278.572)	(240.423)
Saldo final	15.837.093	11.299.930
Provisão específica	15.757.093	11.299.930
Provisão adicional	80.000	-



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários	Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	Outros créditos	Total
A	135.311	27.989	420.199	31.281	10.598	625.378
B	107.858	19.408	253.841	23.566	4.025	408.698
C	138.624	25.536	888.704	70.216	6.736	1.129.816
D	157.882	46.190	212.421	103.252	24.238	543.983
E	217.459	60.853	279.244	36.514	13.685	607.755
F	231.264	78.919	389.302	0	6.290	705.771
G	218.042	88.636	392.035	3.047	3.838	705.598
H	2.270.063	1.199.408	7.403.038	97.405	60.176	11.030.090
Subtotal	3.476.503	1.546.939	10.238.784	365.281	129.586	15.757.093
Provisão adicional	55.173	-	18.441	-	6.386	80.000
31 de dezembro de 2011	3.531.676	1.546.939	10.257.225	365.281	135.972	15.837.093
%	22,30	9,77	64,77	2,31	0,86	100,00
31 de dezembro de 2010	2.502.944	1.287.734	7.182.903	172.592	153.757	11.299.930
%	22,15	11,40	63,57	1,53	1,35	100,00

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 135.972 (2010 – R\$ 153.757), referente à “provisão para outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 9(d).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Créditos por Avais e Finanças Honrados	32.142	28.223	32.142	28.223
Carteira de Câmbio – nota 9 (c)	16.809	28.055	16.809	28.055
Rendas a Receber	1.630.259	1.087.120	1.754.233	1.068.283
Dividendos e JCP a receber	-	134.689	123.973	115.852
Convênios Setor Privado	69.861	52.854	69.861	52.854
Convênios Setor Público	189.234	87.588	189.234	87.588
Administração de Fundos de Investimento	70.193	65.580	70.193	65.580
Administração de Fundos e Programas Sociais	1.163.067	607.383	1.163.067	607.383
Repasse OGU	137.904	139.026	137.905	139.026
Negociação e Intermediação de valores	128	484	128	484
Créditos Específicos	136.123	141.650	136.123	141.650
Diversos – nota 9 (b)	31.818.420	28.093.698	31.818.748	28.094.355
Provisão para Outros Créditos	(135.972)	(153.756)	(135.972)	(153.756)
Total	33.497.909	29.225.474	33.622.211	29.207.294
Ativo circulante	19.882.210	18.161.291	19.990.595	18.143.111
Ativo não circulante	13.615.699	11.064.183	13.631.616	11.064.183

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Créditos tributários - Nota 20	13.611.297	11.191.118	13.611.299	11.191.125
Devedores por depósitos em garantia - Nota 30 a(iii)	9.508.716	8.514.615	9.508.716	8.514.615
Adiantamentos e antecipações salariais	128.439	139.689	128.439	139.689
Pagamentos a ressarcir	176.033	502.243	175.447	501.941
Participações pagas antecipadamente	2.768.488	1.698.339	2.768.488	1.698.339
Impostos e contribuições a compensar	47.146	215.109	47.893	216.061
Cartão de crédito (1)	3.330.794	2.735.090	3.330.794	2.735.090
Prêmio em aquisição de carteiras	245.256	-	245.256	-
Seguros a receber	119.947	88.084	119.947	88.084
Créditos adquiridos	94.549	88.179	94.549	88.179
Valores a receber - créditos imobiliários securitizados	1.485	-	1.485	-
Valores a receber - adm. fundos e programas sociais	956.363	2.017.852	956.363	2.017.852
Valores a apropriar (2)	898.741	919.175	898.903	919.175
Outros devedores (3)	155.027	148.400	155.027	148.400
Provisão para perdas - Diversos (4)	(223.857)	(164.195)	(223.858)	(164.195)
Total	31.818.420	28.093.698	31.818.748	28.094.355
Ativo circulante	18.186.804	17.044.133	18.187.132	17.044.790
Ativo não circulante	13.631.616	11.049.565	13.631.616	11.049.565

(1) Inclui créditos com e sem característica de concessão de crédito

(2) Valores correlacionados com registros credores de mesma natureza indicados na Nota 18 (c2).

(3) Montante composto por valores que não possuem relevância, quando avaliados individualmente.

(4) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Ativo - Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar - ME	4.624	4.014
Direitos sobre vendas de câmbio - MN	12.380	24.041
(-) Adiantamentos recebidos - MN	(195)	-
Ativo circulante	16.809	28.055
Passivo - Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar - ME	6.738	4.152
Obrigações por compras de câmbio - MN	10.264	24.041
Passivo circulante	17.002	28.193

(c.1) Resultado de operações de câmbio

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas	280.169	415.984	197.242
Disponibilidade em moeda estrangeira	280.169	415.984	197.242
Despesas	(273.968)	(409.283)	(194.672)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(273.968)	(409.283)	(194.672)
Resultado de câmbio	6.201	6.701	2.570

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Créditos	3.341.523	2.731.572
Cartão de crédito	3.287.162	2.681.455
Créditos por avais e fianças honrados	32.142	28.222
Devedores por compra de valores e bens	17.142	14.305
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	5.077	7.590
Provisão (1)	(135.972)	(153.756)
Cartão de crédito	(120.747)	(140.870)
Créditos por avais e fianças honrados	(10.026)	(8.824)
Devedores por compra de valores e bens	(5.148)	(3.986)
Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativos	(51)	(76)
Créditos - líquidos de provisão	3.205.551	2.577.816

(1) De acordo com a Carta-Circular do BACEN 3.048/2002, a provisão para os títulos e créditos a receber está classificada como "com característica de concessão de crédito".



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Bens não de uso próprio (1)	580.356	692.125
Imóveis patrimoniais não de uso	83.220	117.927
Imóveis adjudicados/Arrematados	497.136	574.199
Despesas antecipadas (2)	367.378	556.980
Material de consumo	39.685	33.835
Total	987.419	1.282.940

(1) Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA, que são submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

(2) O montante relativo à “Desp. antecipadas” refere-se, sobretudo, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC.

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

(a) A carteira de participações societárias da CAIXA é composta essencialmente pela Caixa Participações S.A (CAIXAPAR), subsidiária integral com constituição autorizada por meio da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

CAIXA INDIVIDUAL		
Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
CAIXAPAR	3.214.258	2.867.884
CIP - Câmara Interbancária de Pagamento (1)	2.967	2.967
BIAPE	990	849
Outros investimentos (1)	189.419	58.649
Total	3.407.634	2.930.349

(1) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(a.1) Resultado de participações:

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	2011		2010
	Acumulado 2º semestre	Acumulado 31 de dezembro	Acumulado 31 de dezembro
CAIXAPAR	178.474	280.046	480.704
BIAPE	(13)	25	(257)
Outros investimentos	-	-	514
Total da participação	178.461	280.071	480.961

(b) A carteira de participações societárias do grupo CAIXA é composta por empresas coligadas, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa e pelo Banco Panamericano, no qual a CAIXAPAR possui controle conjunto com o Banco BTG Pactual.

Em 30 de junho de 2011, as participações nas empresas Cielo S/A e TECBAN – Tecnologia Bancária foram classificadas como títulos e valores mobiliários disponíveis para venda (Nota 6).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Aquisição de participações no Banco Panamericano

Em 1º de dezembro de 2009, foi celebrado entre a CAIXAPAR e o Grupo Silvio Santos Participações Ltda., contrato de compra e venda de ações para aquisição de 36,56% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., no valor de R\$ 739.272, por intermédio da aquisição de 64.621.700 ações ordinárias, equivalentes a 49% do capital social votante e 24.712.286 ações preferenciais equivalentes a 21,97% das ações preferenciais do referido banco. Nessa data, foi efetuado pagamento parcial de R\$ 517.490.

O BACEN manifestou-se favoravelmente ao ingresso da CAIXAPAR no grupo de controle do Banco Panamericano em 19 de julho de 2010, por meio do ofício Deorf/Gabin – 2010/06731, restando apenas a apresentação dos pertinentes atos relativos à conclusão da operação. Com a referida manifestação, a CAIXAPAR concluiu a operação de compra mediante o pagamento do saldo remanescente de dezembro de 2009 (R\$ 221.782) e da atualização deste saldo prevista contratualmente (R\$ 12.433), perfazendo um pagamento total no valor de R\$ 234.215.

Em 9 de novembro de 2010, a Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro aprovou a alteração do grupo de controle societário do Banco Panamericano, com a entrada da CAIXAPAR conforme publicação no Diário Oficial da União.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo contábil relativo ao Banco Panamericano nas demonstrações financeiras da CAIXAPAR estava assim composto:

Valor contratual da aquisição em dezembro de 2009	739.272
Equivalência patrimonial positiva registrada em 2010	41.576
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2010	780.848

O Banco Panamericano divulgou fato relevante, em 31 de janeiro de 2011, informando que a Silvio Santos Participações S.A. ("SSP") e BF Utilidades Domésticas Ltda. ("BF" e em conjunto com a SSP "Vendedoras") celebraram com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avenças.

No referido contrato o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir a totalidade das ações de titularidade das Vendedoras, correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do Banco Panamericano pelo preço de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais). Este valor será corrigido, a partir da data de conclusão do negócio, até a data de seu efetivo pagamento, por 110% da Taxa DI, que poderá ser pago, a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, valor este limitado à importância máxima de R\$ 3.800.000 (três bilhões e oitocentos milhões de reais).

Nesta mesma data o BTG Pactual e a CAIXAPAR celebraram acordo de acionistas do Banco Panamericano, com a substituição das Vendedoras pelo BTG Pactual, que substancialmente manteve as mesmas condições do acordo vigente.

Neste mesmo sentido, a CAIXAPAR manteve inalterado os seus percentuais de participação na instituição financeira e não alienou sua participação no âmbito da oferta pública que será realizada pelo BTG Pactual.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de março de 2011, a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle do Banco Panamericano, com a entrada do BTG Pactual em lugar da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda.

Em 27 de maio de 2011, o BTG Pactual, após a verificação de determinadas condições precedentes, concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda.

Em 2 de junho de 2011, os acionistas do Banco Panamericano nomearam o novo Conselho de Administração da instituição, que passou a ter 13 integrantes sendo presidido pelo presidente da CAIXA e a vice-presidência ocupada por um representante indicado pelo BTG Pactual.

Em 16 de setembro de 2011, foi realizado o leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações Preferenciais da Companhia ("OPA"), por meio do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"). No leilão da OPA, o Banco BTG Pactual S.A. ("Ofertante") adquiriu 4.552 ações preferenciais do Panamericano, que representam 0,004% das ações dessa espécie. Com as ações preferenciais adquiridas no referido leilão, o Ofertante passou a ser titular de 24.716.838 ações preferenciais da Companhia, equivalentes a 37,64% do capital social do Panamericano.

(c.1) Alocação do preço de compra pela CAIXAPAR

A alocação do preço de compra, com base em laudos de consultores independentes datado de 15 de junho de 2011, considerou o balanço de abertura do Banco Panamericano de 30/11/2010 que inclui os ajustes nas bases contábeis, conforme fato relevante amplamente divulgado no mercado:

Resumo	Posição 30.11.2010
Patrimônio líquido contábil consolidado do Panamericano	152.762
Recomposição do patrimônio realizada em janeiro de 2011	1.300.000
Patrimônio líquido ajustado consolidado do Panamericano	1.452.762
Participação indireta da Caixa	36,56%
Investimento indireto da Caixa através da CAIXAPAR no Panamericano	531.130
Valor pago pela CAIXAPAR para aquisição do investimento	739.272
Diferença entre o valor pago e o valor em 30.11.2010	208.142

O ágio remanescente (vide quadro abaixo) apurado na aquisição do Banco Panamericano pela CAIXAPAR foi de R\$ 42.864, fundamentado em rentabilidade futura e outras razões econômicas (sinergia, força de trabalho, etc.), o qual será amortizado pelo prazo de 5 anos.

Por sua vez, o COSIF estabelece que para a avaliação do investimento e consolidação na CAIXA, para efeitos de demonstração, ao valor do ágio apurado na CAIXAPAR é adicionado:

(i) R\$ 162.276, relativo ao valor justo de ativos intangíveis identificados na aquisição e não registrados no Banco Panamericano, líquido dos efeitos tributários.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) R\$ 3.002, relativo ao ajuste a valor de mercado de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis do Banco Panamericano em 30/11/2010, líquido dos correspondentes efeitos tributários, baseado em laudo elaborado por consultores independentes.

Ajuste a mercado de ativos e passivos registrados, líquido dos efeitos tributários	3.002
Ativos intangíveis identificados na aquisição, líquido dos efeitos tributários	162.276
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	42.864
Diferença entre o valor pago e o valor em 30.11.2010	208.142

Discriminação do valor justo de ativos intangíveis identificados na aquisição e não registrados no Banco Panamericano:

Ativos intangíveis	Banco Panamericano	Participação da CAIXA, líquida dos efeitos tributários	Prazo de amortização
Marcas	148.996	32.684	Indefinido
Relacionamentos comerciais	518.882	113.822	3 anos
Contratos	59.433	13.037	5 anos
Tecnologia	12.459	2.733	5,63 anos
Valor Total	739.770	162.276	-

Os saldos recompostos na aquisição de 36,56% de participação no Banco Panamericano estão assim apresentados:

Investimento em 30.11.2010	531.130
(+) Ajuste a mercado de ativos e passivos registrados, líquido dos efeitos tributários	3.002
(+) Ativos intangíveis identificados na aquisição, líquidos dos efeitos tributários	162.276
(+)Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	42.864
= Valor contratual da aquisição em dezembro de 2009	739.272
(+)Equivalência patrimonial positiva registrada em 2010	41.576
= Valor do investimento em 31 de dezembro de 2010	780.848

(c.2) Informações adicionais do investimento em 2011

Em 2011, a CAIXA adquiriu créditos comerciais do Banco Panamericano, o que gerou uma receita no valor de R\$ 262.534 em favor daquela Instituição. Dessa forma, para o cálculo da participação indireta da CAIXA foi necessária a exclusão desse valor, do patrimônio líquido do Banco PanAmericano, como efeito de resultados não realizadas intercompanhias. O efeito desses resultados no cálculo da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA foi uma redução de R\$ 95.982.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do ágio conforme demonstrado no quadro da alocação do preço de compra segue abaixo:

Realização	Valor alocado	Amortização 1º semestre 2011	Amortização 2º semestre 2011	Líquido
Ajustes a mercado de ativos e passivos registrados, líquido dos efeitos tributários	3.002	(3.002)	-	-
Ativos intangíveis identificados na aquisição, líquido dos efeitos tributários	162.276	(23.935)	(20.515)	117.826
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura (1)	42.864	(5.000)	(4.287)	33.577
Saldo	208.142	(31.937)	(24.802)	151.403

(1) Período de realização estimado em 5 anos.

Nota 12 – Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R\$ 566.924 – Edificações; R\$ 229.998 – Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e do sistema de segurança de 10 anos para 5 anos.

Com o índice de imobilização apurado de 14,47% (2010 – 15,10%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31 de dezembro de 2002.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Descrição	2011			2010		
	Valor	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imóveis de Uso	268.091	(59.275)	208.816	202.591	(36.506)	166.085
Reavaliações de Imóveis de Uso	810.437	(123.418)	687.019	819.507	(100.027)	719.480
Outras Imobilizações de Uso	4.028.123	(2.948.557)	1.079.566	3.681.171	(2.584.298)	1.096.873
Total	5.106.651	(3.131.250)	1.975.401	4.703.269	(2.720.831)	1.982.438



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Descrição	2010	2011				
	31 de dezembro	Adições	Baixas	Depreciação	31 de dezembro	%
Imóveis de uso	885.566	76.616	(18.325)	(48.022)	895.835	45,40
- Edificações	613.519	75.242	(15.427)	(48.022)	625.312	31,65
- Terrenos	272.047	1.374	(2.898)	-	270.523	13,74
Imobilizações em curso	85.169	6.196	(81.253)	-	10.112	0,47
Inst., móveis e equip. de uso	289.467	123.643	-	(55.370)	357.741	18,11
Sistema de comunicação	21.101	2.709	-	(4.631)	19.179	0,97
Sistema de proc. de dados	655.640	273.653	-	(273.450)	655.843	33,20
Sistema de transporte e segurança	45.495	22.005	-	(30.808)	36.691	1,86
Total	1.982.438	504.822	(99.578)	(412.281)	1.975.401	100,00

Nota 13 – Intangível

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	2011			2010		
	Valor	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos Intangíveis	2.583.979	(511.920)	2.072.059	1.622.537	(362.579)	1.259.958
Total	2.583.979	(511.920)	2.072.059	1.622.537	(362.579)	1.259.958

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2010	2011		
	31 de dezembro	Adições	Amortizações	31 de dezembro
Aquisição de folha de pagamento	876.591	1.009.993	(257.069)	1.629.515
Outros ativos intangíveis	324.200			324.200
Projetos logiciais - Software	59.167	80.479	(21.302)	118.344
Total	1.259.958	1.090.472	(278.371)	2.072.059

Nota 14 – Diferido

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes anteriores a edição dessa Resolução, posicionados em setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2010	2011	
	31 de dezembro	Amortizações	31 de dezembro
Gastos em imóveis de terceiros	36.640	(24.546)	12.094
Gastos com projetos logiciais	25.383	(18.940)	6.443
Benfeitorias em imóveis próprios	16.017	(11.481)	4.536
Total	78.040	(54.967)	23.073



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Depósitos e captações no mercado aberto

(a) Depósitos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	2011		2010		2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Depósitos à Vista	22.943.005	8,83	19.626.291	9,12	22.943.003	8,83	19.626.215	9,12
Pessoas Físicas	9.054.422	3,48	7.885.465	3,66	9.054.422	3,48	7.885.465	3,66
Pessoas Jurídicas	11.197.722	4,31	9.526.626	4,43	11.197.722	4,31	9.526.474	4,43
Vinculados	978.871	0,38	841.781	0,39	978.871	0,38	841.781	0,39
Governo	1.344.704	0,52	1.064.234	0,49	1.344.704	0,52	1.064.234	0,49
Moedas Estrangeiras	1.642	0,00	1.604	0	1.642	0,00	1.604	0
Instituições do sistema Financeiro	28.038	0,01	17.678	0,01	28.038	0,01	17.678	0,01
Entidades públicas	287.652	0,11	242.162	0,11	287.650	0,11	242.162	0,11
Outros	49.954	0,02	46.741	0,03	49.954	0,02	46.817	0,03
Depósitos de Poupança	150.362.663	57,87	129.429.635	60,2	150.362.663	57,87	129.429.635	60,15
Pessoas Físicas	148.003.373	56,96	127.116.245	59,1	148.003.373	56,96	127.116.245	59,07
Pessoas Jurídicas	2.356.350	0,91	2.310.186	1,08	2.356.350	0,91	2.310.186	1,08
Vinculados	2.940	0,00	3.204	0	2.940	0,00	3.204	0
Depósitos Interfinanceiros	5.103.608	1,96	1.206.670	0,56	5.103.608	1,96	1.206.670	0,56
Depósitos a prazo	68.182.778	26,24	54.214.043	25,2	68.164.843	26,23	54.207.413	25,19
Depósitos a prazo em moeda nacional	39.215.509	15,09	30.429.778	14,1	39.197.574	15,09	30.423.148	14,14
Depósitos judiciais com remuneração	28.967.269	11,15	23.784.265	11,1	28.967.269	11,15	23.784.265	11,05
Depósitos especiais e de fundos e programas (f)	13.254.921	5,10	10.594.286	4,92	13.254.921	5,10	10.594.286	4,92
Outros depósitos	-	-	118.077	0,05	-	0,00	118.077	0,05
Total	259.846.975	100,00	215.189.002	100,00	259.829.038	100,00	215.182.296	100,00
Passivo circulante	248.023.653	95,23	214.496.772	99,78	248.005.716	95,45	214.490.066	99,68
Passivo não circulante	11.823.322	4,77	692.230	0,32	11.823.322	4,55	692.230	0,32



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	CAIXA INDIVIDUAL						CAIXA CONSOLIDADO		
	2011						2010	2011	2010
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	
Depósitos à Vista	22.943.005	-	-	-	-	22.943.005	19.626.291	22.943.003	19.626.215
Depósitos de Poupança	150.362.663	-	-	-	-	150.362.663	129.429.635	150.362.663	129.429.635
Depósitos Interfinanceiros	-	5.089.473	8.070	6.064	-	5.103.608	1.206.670	5.103.608	1.206.670
Depósitos a prazo	49.071.077	2.564.597	4.729.847	8.857.611	2.959.647	68.182.778	54.214.043	68.164.843	54.207.413
Depósitos Judiciais	28.967.269	-	-	-	-	28.967.269	23.784.266	28.967.270	23.784.265
Aplicações	20.103.807	2.564.597	4.729.847	8.857.611	2.959.647	39.215.509	30.429.777	39.197.573	30.423.148
Depósitos especiais e de fundos e programas	13.254.921	-	-	-	-	13.254.921	10.594.286	13.254.921	10.594.286
Outras captações	-	-	-	-	-	-	118.077	-	118.077
Total	235.631.666	7.654.070	4.737.917	8.863.675	2.959.647	259.846.975	215.189.002	259.829.038	215.182.296
%	90,68	2,95	1,82	3,41	1,14	100,00	100,00	100,00	100,00



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Depósitos de Poupança	(5.072.220)	(9.612.867)	(7.498.661)	(5.072.220)	(9.612.867)	(7.498.661)
Depósitos Interfinanceiros	(470.010)	(617.967)	(36.606)	(470.010)	(617.967)	(36.606)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(2.223.032)	(4.062.347)	(2.426.648)	(2.222.056)	(4.060.734)	(2.426.468)
Depósitos judiciais	(819.899)	(1.509.398)	(1.101.810)	(819.899)	(1.509.398)	(1.101.810)
Depósitos especiais e de fundos e programas (f.1)	(517.261)	(958.267)	(997.163)	(517.261)	(958.267)	(997.163)
Outras captações	(162.511)	(310.193)	(247.321)	(162.511)	(310.192)	(247.321)
Total	(9.264.933)	(17.071.039)	(12.308.209)	(9.263.957)	(17.069.426)	(12.308.028)

(d) Captações no mercado aberto

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Carteira Própria	36.825.873	34.684.793	35.942.540	33.883.020
Letras Financeiras do Tesouro	5.708.783	7.805.155	5.708.783	7.805.155
Letras do Tesouro Nacional	15.770.764	7.654.676	15.770.764	7.654.676
Notas do Tesouro Nacional	15.346.326	19.224.962	14.462.993	18.423.189
Carteira de Terceiros	19.215.316	11.327.865	19.215.316	11.327.865
Letras Financeiras do Tesouro	19.215.316	11.026.875	19.215.316	11.026.875
Notas do Tesouro Nacional	-	300.990	-	300.990
Carteira de Livre Movimentação	250.102	-	250.102	-
Letras do Tesouro Nacional	250.102	-	250.102	-
Total	56.291.291	46.012.658	55.407.958	45.210.885
Passivo circulante	56.291.291	46.012.658	55.407.958	45.210.885
Passivo não circulante	-	-	-	-

(e) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Carteira própria	(1.876.737)	(3.337.516)	(2.682.285)	(1.821.300)	(3.235.989)	(2.612.101)
Carteira de terceiros	(2.269.473)	(4.010.609)	(3.571.635)	(2.269.473)	(4.010.609)	(3.571.634)
Total	(4.146.210)	(7.348.125)	(6.253.920)	(4.090.773)	(7.246.598)	(6.183.735)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Depósitos - FGTS	6.994.769	52,77	4.531.934	42,78
Depósitos - Especiais com remuneração	1.357.053	10,24	1.325.294	12,51
Depósitos - FAT (f.2)	2.663.815	20,10	3.144.120	29,68
Depósitos - FISANE	7.465	0,06	6.958	0,07
Depósitos - PRODEC	44.429	0,34	41.416	0,39
Depósitos - PIS	195.571	1,48	86.143	0,81
Depósitos - FGS	71.158	0,54	21.041	0,2
Depósitos - FAR	324.035	2,44	56.053	0,53
Depósitos - FDS	516.474	3,90	565.139	5,33
Depósitos - Pró-frota pesqueira	56.167	0,42	50.343	0,48
Depósitos - FAS	4.857	0,04	4.607	0,04
Depósitos - PREVHAB	451.336	3,41	407.691	3,85
Saúde CAIXA	179.279	1,35	143.382	1,35
Outros	388.513	2,93	210.165	1,98
Total	13.254.921	100,00	10.594.286	100,00
Passivo circulante	13.254.921	100,00	10.594.286	100,00
Passivo não circulante	-		-	-

(f.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	Taxa de Remuneração	2011		2010
		2º semestre	Exercício	Exercício
Depósitos - FGTS	Selic	(270.085)	(461.812)	(477.970)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(84.200)	(173.002)	(229.201)
Depósitos - FISANE	TR	(261)	(507)	(439)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.701)	(3.273)	(2.778)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(28.544)	(60.039)	(60.195)
Depósitos - FIEL	TR PRE + Juros 0,50% a.m.	-	(205)	(3.435)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/Extra mercado	(2.445)	(3.385)	(5.062)
Depósitos - FAR	selic	(10.947)	(24.867)	(33.647)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(30.119)	(60.915)	-
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(12.038)	(21.171)	-
Depósitos - FAS	TR	(21)	(41)	(24)
Depósitos - PREVHAB	selic	(27.129)	(52.047)	(40.351)
Depósitos - Caução	TR	(2.854)	(5.635)	(26.094)
Depósitos - FCA	Extra mercado	(10.824)	(20.617)	-
Outros		(36.093)	(70.753)	(117.967)
Total		(517.261)	(958.267)	(997.163)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
	Resolução/ TADE	Devolução de Recursos do FAT (1)			2011			2010		
		Forma	Data	Data Final	31 de dezembro			31 de dezembro		
					Disponível	Aplicado	TOTAL	Disponível	Aplicado	TOTAL
Programas					161.040	2.347.754	2.508.794	178.981	2.792.236	2.971.217
Proger urbano				-	88.295	1.667.197	1.755.492	71.273	2.043.401	2.114.674
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	80.198	1.660.858	1.741.056	68.780	2.027.047	2.095.827
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	558	18	7.576	1.356	8.379	9.735
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	38	38	-	46	46
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	539	6.283	6.822	1.137	7.929	9.066
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	2.077	34.531	36.608	2.772	55.601	58.373
FAT infra estrutura				-	69.499	632.653	702.152	103.742	676.878	780.620
Infra estrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	69.499	632.653	702.152	103.742	676.878	780.620
FAT – PNMPO				-	1.169	13.373	14.542	1.194	16.356	17.550
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	1.169	13.373	14.542	1.194	16.356	17.550
Linhas de crédito especiais					8.818	146.202	155.021	7.970	164.933	172.903
FAT - inclusão digital	dez/05	RA	10/10/2005	07/01/2010				-	-	-
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	-	121.791	121.792	-	114.897	114.897
FAT - material de construção	mar/06	RA	10/02/2006	-				-	-	-
FAT - giro setorial				-	8.818	24.411	33.229	7.970	50.036	58.006
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	5.707	15.323	21.030	4.668	31.630	36.298
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	3.111	9.088	12.199	3.302	18.406	21.708
FAT - moto-frete	01/2009	RA	10/03/2010	13/04/2010				-	-	-
Total					169.858	2.493.956	2.663.815	186.951	2.957.169	3.144.120



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros a Longo Prazo durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

a) Recursos de letras

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
Papel	Indexador	2011						2010	
		Vencimento						31 de dezembro	31 de dezembro
		1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias		
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	-	-	527.589	527.589	513.211
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	-	-	11.361	11.361	10.705
Letra Hipotecária	TR	-	-	-	-	-	26.386	26.386	35.012
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	8.534	-	-	7.643	16.177	46.724
Letra Imobiliária	INPC	-	-	37.264	-	-	-	37.264	35.111
Letra Imobiliária	CDI	450.383	1.604.403	2.686.739	6.219.837	4.296.457	-	15.257.819	6.068
Letra Imobiliária	TR	-	-	-	-	-	-	-	8.919.778
Letra Financeira	CDI	-	-	-	1.959.192	3.241.756	-	5.200.948	1.748.911
Total		450.383	1.604.403	2.732.537	8.179.029	7.538.213	572.979	21.077.544	11.315.520
Passivo circulante								12.966.352	2.533.901
Passivo não circulante								8.111.192	8.781.619



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Letras Imobiliárias	(692.048)	(1.201.420)	(439.026)
Letras Hipotecárias	(38.218)	(82.635)	(104.138)
Letras Financeiras	(220.273)	(323.637)	(67.011)
Total	(950.539)	(1.607.692)	(610.175)

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses do País – instituições oficiais

Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Repasses no país	91.615.724	61.010.973
FGTS	80.599.183	54.172.591
BNDES	10.272.737	6.023.854
Tesouro Nacional - PIS	567.622	595.447
Outras instituições	176.182	219.081
Empréstimos no exterior	4.601	89.380
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	-	83.340
Demais linhas de crédito	4.601	6.040
Total de obrigações por empréstimos e repasses	91.620.325	61.100.353
Passivo circulante	810.500	720.219
Passivo não circulante	90.809.825	60.380.134

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior, em 31 de dezembro de 2010, é composto, substancialmente, por captação de linhas de crédito adquiridas com instituições financeiras estrangeiras liquidadas em outubro de 2011.

Os demais empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 3,00% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar estadunidense, com vencimentos até 2013.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas com obrigações por empréstimos e repasses do País - Instituições oficiais

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
FGTS	(3.096.745)	(5.398.832)	(3.514.631)
BNDES	(217.446)	(426.784)	(216.221)
Tesouro Nacional - PIS	(22.654)	(43.363)	(34.455)
Empréstimos no exterior	(28.848)	(31.263)	(1.460)
Outras instituições	(23.834)	(46.152)	(67.271)
Total	(3.389.527)	(5.946.394)	(3.834.038)

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	2011		2010		2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Tributos sobre lucros	246.040	16,97	126.170	9,48	258.733	16,87	135.103	10,09
Imposto de Renda	74.309	5,12	-	-	74.762	4,87	8.917	0,67
Contribuição Social	34.981	2,41	-	-	40.677	2,65	-	-
COFINS	117.767	8,12	108.654	8,17	123.144	8,03	108.667	8,11
PASEP	18.983	1,31	17.516	1,32	20.150	1,31	17.519	1,31
Tributos a recolher	424.686	29,28	387.080	29,10	424.743	27,69	387.118	28,90
Sobre salários	274.903	18,96	230.079	17,30	274.903	17,92	230.090	17,18
Sobre serviços	149.783	10,33	157.001	11,80	149.840	9,77	157.028	11,72
Tributos diferidos	511.253	35,25	241.850	18,20	582.294	37,96	241.850	18,05
IR s/ reserva reavaliação - Edificações	117.366	8,09	125.103	9,40	117.366	7,65	125.103	9,40
CS s/ reserva reavaliação - Edificações	70.420	4,86	75.062	5,64	70.420	4,59	75.062	5,60
IR s/ ajustes ao v. mercado - Títulos disp. p/ venda	-	-	-	-	54.656	3,56	-	-
IR s/ ajustes ao v. mercado - Títulos p/ negociação	153.511	10,59	-	-	153.511	10,01	-	-
CS s/ ajustes ao v. mercado - Títulos p/ negociação	92.106	6,35	-	-	92.106	6,00	-	-
Contratos futuros	-	-	14.536	1,09	-	-	14.536	1,09
PASEP	77.850	5,37	7.149	2,04	94.235	6,14	27.149	2,03
Prov. riscos fiscais (Nota nº 30)	268.242	18,50	575.572	43,30	268.242	17,49	575.572	42,96
Total	1.450.221	100,00	1.330.672	100,00	1.534.012	100,00	1.339.643	100,00
Passivo circulante	1.262.434	87,05	1.130.507	84,96	1.346.225	87,76	1.139.478	85,05
Passivo não circulante	187.787	12,95	200.165	15,04	187.787	12,24	200.165	14,95



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Obrigações de operações com loterias	725.499	11,36	920.316	19,02
Obrigações por fundos e programas sociais	4.718.055	73,85	2.978.609	61,59
FGTS	2.622.868	41,05	1.886.208	39,00
Minha Casa Minha Vida	1.457.089	22,81	423.940	8,77
FIES	9.317	0,15	20.125	0,42
Bolsa Família	125.924	1,97	183.828	3,80
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	335.825	5,26	327.761	6,78
PRONASCI	12.099	0,19	788	0,02
PRODEC	21.040	0,33	19.545	0,40
Outros fundos e programas	133.893	2,10	116.414	2,40
Obrigações por fundos financeiros de desenvolvimento	945.469	14,80	937.561	19,39
PIS	546.533	8,55	503.049	10,40
FAT	397.537	6,22	433.181	8,96
Outros	1.399	0,02	1.331	0,03
Total	6.389.023	100,00	4.836.486	100,00
Passivo circulante	6.389.023	100,00	4.836.486	100,00

(c) Diversas

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	2011		2010		2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Obrig. por contrib. ao SFH	26.664	0,10	114.414	0,46	26.664	0,10	114.414	0,46
Obrig. convênio oficiais	283.725	1,03	224.861	0,91	283.725	1,03	224.861	0,91
Obrig. por prest. serviços de pagamento	131.735	0,48	98.604	0,40	131.735	0,48	98.604	0,40
Prov. pgto efetuar (Nota c.1)	9.203.504	33,39	8.219.388	33,16	9.203.528	33,39	8.219.720	33,16
Provisões trabalhistas	2.812.886	10,21	2.687.488	10,84	2.812.886	10,21	2.687.488	10,84
Ações judiciais cíveis	3.582.717	13,00	3.587.568	14,47	3.582.717	13,00	3.587.568	14,47
Outras provisões para contingências	41.671	0,15	216.288	0,88	41.671	0,15	216.288	0,88
Rec.vinculados a operações de crédito (1)	237.189	0,86	206.797	0,83	237.189	0,86	206.797	0,83
Recursos do FGTS para amortizações	123.859	0,45	88.982	0,36	123.859	0,45	88.982	0,36
Credores por recursos a liberar	3.619.426	13,13	2.577.147	10,40	3.619.426	13,13	2.577.147	10,40
Valores a pagar a sociedades ligadas	59.760	0,22	-	-	59.760	0,22	-	-
Credores diversos Exterior	3.723	0,01	26	-	3.723	0,01	26	-
Credores diversos - País (Nota c.2)	7.433.144	26,97	6.764.112	27,29	7.433.144	26,97	6.764.342	27,29
Total	27.560.003	100,00	24.785.675	100,00	27.560.027	100,00	24.786.237	100,00
Passivo circulante	27.560.003	100,00	24.785.675	100,00	27.560.027	100,00	24.786.237	100,00

1) Recursos vinculados a operações de crédito: referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.1) Provisão para pagamentos a efetuar

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Despesas de pessoal	1.599.948	1.403.021	1.599.972	1.403.353
Benefícios pós-emprego - NPC 26 (Nota 32)	6.328.531	5.840.201	6.328.531	5.840.201
SAÚDE CAIXA	5.677.807	5.169.596	5.677.807	5.169.596
Auxílio e cesta alimentação	607.075	626.970	607.075	626.970
PREVHAB	43.649	43.635	43.649	43.635
Pré- pagamento crédito imobiliário	835.880	563.254	835.880	563.254
Outros pagamentos	439.145	412.912	439.145	412.912
Total	9.203.504	8.219.388	9.203.528	8.219.720

(c.2) Credores diversos – País

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Cartões de crédito	3.253.781	2.671.756	3.253.781	2.671.756
Contas a pagar	56.842	139.953	56.842	139.953
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	75.932	322.648	75.932	322.648
Créditos adquiridos	426.623	416.338	426.623	416.338
Valores a apropriar (2)	987.406	979.143	987.406	979.143
FGC	28.135	22.701	28.135	22.701
Valores a restituir – Penhor	127.283	111.047	127.283	111.047
Fornecedores	631.395	525.241	631.395	525.241
Outros credores – Poupança simplificada	499.983	500.077	499.983	500.077
Financiamento habitacional - seguros a repassar	81.735	70.907	81.735	70.907
Operação de crédito comercial - avais	187.687	41.941	187.687	41.941
Recursos com destinação específica - SPU	20.727	19.942	20.727	19.942
Folhas de pgto estuduais e municipais - vlrs a liberar	404.061	124.723	404.061	124.723
Poder judiciário - valores a liberar	319.180	322.100	319.180	322.100
Obrigações com a União - repasses	32.509	29.718	32.509	29.718
Outros credores diversos	299.865	465.877	299.865	466.107
Total	7.433.144	6.764.112	7.433.144	6.764.342

(1) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA): referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Valores correlacionados com registros devedores de mesma natureza indicados na Nota 9 (b).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS foi convertida em dívida subordinada, em 11 de outubro de 2005, conforme Resolução do CMN nº 2.837/01. Essa operação foi aprovada pelo BACEN em outubro de 2005 e apresenta o montante de R\$ 5.480.132 (2010 – R\$ 5.089.202). O início do retorno da dívida contratada será a partir de 20 de março de 2013. O prazo de carência de 88 meses para pagamento da dívida subordinada se estenderá até 20 de fevereiro de 2013 e será automaticamente prorrogado em caso de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, a partir de 20 de março de 2013, ou no caso de o próprio pagamento gerar desenquadramento. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento, incidirão atualização monetária e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa de 6,125%, correspondente à taxa efetiva de 6,300% ao ano, que equivalem à taxa média contemplada nos contratos vigentes.

Em agosto de 2011 o BACEN aprovou nova operação, que apresenta o montante de R\$ 3.070.670, em 31 de dezembro de 2011. Sobre o valor total da dívida incidirão atualização monetária e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa de 5,837%.

(e) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução do CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar os recursos ora contratados elegíveis ao nível II de capital.

A dívida não possui data de vencimento e, mensalmente, são incorporados ao saldo devedor, com pagamentos anuais de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da medida provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R\$ 2.000.400 e no 1º trimestre de 2010 houve a liberação de R\$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida ora contratados.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue, abaixo, quadro contendo os valores, pagamentos de juros, atualizações monetárias e juros dos créditos concedidos:

Descrição	2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Medida provisória 347/2007	5.200.000	37,45	5.200.000	39,95
Medida provisória 470/2009	5.999.999	43,21	5.999.999	46,10
Atual. Monet. e juros – MP nº 347/07	1.484.328	10,69	1.082.067	8,31
Atual. Monet. e juros – MP nº 470/09	1.200.132	8,64	734.083	5,64
Total	13.884.459	100,00	13.016.149	100,00

Nota 19 – Patrimônio líquido

(a) Capital social

O artigo 6º do Decreto nº 6.473 da Presidência da República, de 5 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, instituiu o valor de Capital Autorizado no montante de R\$ 13.562.433 e o artigo 7º do mesmo Decreto aprovou o Capital Social no montante de R\$ 9.292.000, exclusivamente integralizado pela União Federal.

O Decreto da Presidência da República, de 26 de agosto de 2010, autorizou o aumento de capital da CAIXA no valor de até R\$ 2.500.000 mediante a transferência de 77.641.422 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União. Em 10 de setembro de 2010, foram recebidas as ações para aumento de capital e alienadas, no mesmo dia, para o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização – FFIE pelo valor de R\$ 2.426.294.

Em 16 de fevereiro de 2011, o Decreto 7.439 da Presidência da República autorizou o aumento de capital da CAIXA no montante de R\$ 2.200.000 mediante a transferência de 62.327.182 ações PN, 9.293.295 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e 13.609.303 ações ON da Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União.

O Decreto 7.653 da Presidência da República, de 23 de dezembro de 2011, autorizou o aumento de capital da CAIXA no montante de R\$ 481.078 mediante a transferência de 20.128.824 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução do CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução do CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 13,35% (Nota 33 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reservas de capital e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido e reserva de margem operacional.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Reservas de Reavaliação	464.595	478.318
Reservas de Lucros	4.079.781	2.652.206
Reserva legal	1.366.024	1.106.898
Reserva estatutária - loterias	407.196	-
Reservas margem operacional	2.306.561	1.545.308

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto nº 2.673/1998, de no mínimo, 25%.

Em 25 de fevereiro de 2011, conforme deliberação do Conselho Diretor, foi aprovado o pagamento de dividendos complementares referentes ao exercício de 2010 no valor de R\$ 1.002.482 fundamentada na destinação do resultado aprovado pelo Ministro da Fazenda.

Foram repassados à União, a título de adiantamento de dividendos relativos ao exercício de 2011, um montante de R\$ 2.768.488.

Base de cálculo dos dividendos obrigatórios de 2011:

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
Lucro líquido	5.182.525	3.764.411
Reserva legal	(259.125)	(188.221)
Realização de reserva	16.020	24.905
Reserva de loterias	(407.196)	(357.448)
Base para cálculo dos dividendos	4.532.224	3.243.647
Dividendos propostos	2.768.488	1.698.339
Juros sobre o capital próprio	852.865	756.406
Dividendos	1.915.623	941.933



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contrib. social s/ o lucro líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;

- Créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%;

- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15% e;

- Créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

O montante do crédito tributário é de R\$ 17.888.666 (2010 - R\$ 15.935.232), constituído de R\$ 11.666.141 (2010 - R\$ 10.426.974) para o IRPJ, R\$ 6.180.020 (2010 - R\$ 5.492.277) para a CSLL, R\$ 5.942 (2010 - R\$ 2.234) para o PASEP e R\$ 36.563 (2010 - R\$ 13.747) para COFINS, com provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 4.277.367 (2010 - R\$ 4.744.106), sendo R\$ 684.533 (2010 – R\$ 907.080) de provisão para os créditos de prejuízo fiscal e R\$ 3.592.834 (2010 – R\$ 3.837.025) de provisão para os créditos de diferenças temporárias, resultando em um total de créditos tributários líquidos de provisão de R\$ 13.611.299 (2010 – R\$ 11.191.126).

A CAIXA realizou estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos e, com base nos resultados obtidos, determinou-se a reversão de crédito de prejuízo fiscal no montante de R\$ 222.547 e constituição de créditos de diferenças temporárias no montante de R\$ 2.460.152, sendo R\$ 2.343.198 equivalentes a IRPJ e CSLL, R\$ 14.815 correspondentes a PASEP e COFINS e R\$ 102.139 referente à marcação a mercado dos títulos na categoria de disponível para venda.

Ainda em consonância ao estudo de expectativa de realização de créditos tributários, observou-se no ano de 2011 uma realização de 104% em relação ao projetado em 2010.

Valor contábil

ANO de realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa 15%	Crédito à 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2012	88.752	53.251	37.276	4.161.998	4.341.277
2013	78.735	47.241	33.069	3.412.108	3.571.153
2014	92.892	55.735	39.015	1.483.268	1.670.909
2015	93.022	55.813	39.069	383.342	571.247
2016	99.965	59.979	41.985	387.746	589.676
2017 a 2021	973.600	50.298	168.926	1.674.212	2.867.035
TOTAL	1.426.966	322.318	359.340	11.502.673	13.611.297



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valor presente (1)

ANO de realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa 15%	Crédito à 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2012	87.819	52.691	36.884	3.867.309	4.044.702
2013	73.221	43.932	30.753	3.173.138	3.321.044
2014	81.038	48.623	34.036	1.293.983	1.457.679
2015	75.984	45.591	31.913	313.130	466.618
2016	76.457	45.874	32.112	296.561	451.003
2017 a 2021	604.800	35.986	114.604	1.074.229	1.829.619
TOTAL	999.318	272.697	280.302	10.018.349	11.570.665

(1) Valor presente calculado com base no custo médio de captação.

(b) Origem dos créditos tributários

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			
	2011		2010	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.521.981	2.578.219	3.286.916	1.833.302
Provisão SFH	739.125	443.475	728.333	437.000
Provisão para contingências	1.674.887	1.004.932	1.735.786	1.041.471
Outros	898.907	439.891	946.243	473.536
Provisão SAÚDE CAIXA - NPC 26	1.419.452	851.671	1.292.399	775.439
Ajuste a Valor de Mercado - Resultado	168.367	101.020	120.307	72.184
Ajuste a Valor de Mercado - PL (disp. p/ Venda)	131.921	79.153	75.403	45.241
Subtotal das diferenças temporárias	9.554.640	5.498.362	8.185.387	4.678.173
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	-
Baixas até o período	(862.070)	-	(731.989)	-
Base negativa até 2000	-	701.139	-	701.139
Baixas até o período	-	(378.822)	-	(300.913)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	-	624.515
Baixas até o período	-	(265.175)	-	(210.639)
Total dos créditos tributários	11.666.140	6.180.019	10.426.968	5.492.275

Descrição	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS
Ajuste Vlr Mercado - Resultado	2.344	14.427	273	1.682
Ajuste a Valor de Mercado - PL (disp. p/ Venda)	3.597	22.137	1.961	12.065
Total dos créditos tributários, PASEP e COFINS	5.942	36.563	2.234	13.747



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO			
	2011		2010	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.521.981	2.578.220	3.286.916	1.833.302
Provisão SFH	739.125	443.475	728.333	437.000
Provisão para contingências	1.674.887	1.004.932	1.735.786	1.041.471
Outros	898.908	439.891	946.249	473.538
Provisão SAÚDE CAIXA - NPC 26	1.419.452	851.671	1.292.399	775.439
Ajuste a Valor de Mercado - Resultado	168.367	101.020	120.307	72.184
Ajuste a Valor de Mercado - PL (disp. p/ Venda)	131.922	79.153	75.403	45.241
Subtotal das diferenças temporárias	9.554.642	5.498.362	8.185.393	4.678.175
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	-
Baixas até o período	(862.070)	-	(731.989)	-
Base negativa até 2000	-	701.139	-	701.139
Baixas até o período	-	(378.822)	-	(300.913)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	-	624.515
Baixas até o período	-	(265.175)	-	(210.639)
Total dos créditos tributários	11.666.142	6.180.020	10.426.974	5.492.277
	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS
Ajuste Vlr Mercado - Resultado	2.344	14.427	273	1.682
Ajuste a Valor de Mercado - PL (disp. p/ venda)	3.597	22.137	1.961	12.065
Total dos créditos tributários PASEP / COFINS	5.942	36.563	2.234	13.747

(c) Movimentação do crédito tributário

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		
	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2010	15.935.224	(4.744.106)	11.191.118
Constituição de Diferenças Temporárias no Período	2.343.204	-	2.343.204
Reversão de Provisão	(466.739)	466.739	-
Constituição PASEP/COFINS	14.815	-	14.815
Constituição sobre Títulos Disponíveis para Venda	102.139	-	102.139
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(130.082)	-	(130.082)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(77.908)	-	(77.908)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(54.536)	-	(54.536)
Constituição de Crédito de Prejuízo Fiscal	222.547	-	222.547
Saldo em 31/12/2011	17.888.664	(4.277.367)	13.611.297



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO		
	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2010	15.935.232	(4.744.106)	11.191.126
Constituição de Diferenças Temporárias no Período	2.343.198	-	2.343.198
Reversão de Provisão	(466.739)	466.739	-
Constituição PASEP/COFINS	14.815	-	14.815
Constituição sobre Títulos Disponíveis para Venda	102.139	-	102.139
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(130.082)	-	(130.082)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(77.908)	-	(77.908)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(54.536)	-	(54.536)
Constituição de Crédito de Prejuízo Fiscal	222.547	-	222.547
Saldo em 31/12/2011	17.888.666	(4.277.367)	13.611.299

(d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			
	2011		2010	
	Exercício		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes dos Tributos e Participações	4.303.478	4.303.478	2.547.585	2.547.585
Encargo total do IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(1.075.846)	(645.522)	(636.872)	(382.138)
Efeitos tributários das adições e exclusões	231.305	139.252	126.974	76.176
Juros sobre o capital próprio	213.216	127.930	189.101	113.461
Participações dos empregados nos lucros	197.742	118.645	169.315	101.589
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	130.082	132.444	45.452	46.365
Incentivo Fiscal	19.519	-	11.416	-
Reserva de Reavaliação	6.675	4.005	10.377	6.226
Despesa corrente	(277.305)	(123.245)	(84.237)	(38.321)
Despesa diferida/Marcação a mercado	(145.413)	(87.248)	(381)	(229)
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL diferido	1.556.457	746.767	1.136.668	880.586
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	1.133.738	536.275	(84.618)	(38.550)

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO			
	2011		2010	
	Exercício		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes dos Tributos e Participações	4.368.170	4.368.170	2.565.853	2.565.853
Encargo total do IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(1.092.019)	(655.226)	(641.463)	(384.878)
Efeitos tributários das adições e exclusões	231.305	139.252	126.974	76.176
Juros sobre o capital próprio	213.216	127.930	189.101	113.461
Participações dos empregados nos lucros	197.742	118.645	169.315	101.589
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	130.082	132.444	45.452	46.365
Incentivo Fiscal	19.519	-	11.416	-
Reserva de Reavaliação	6.675	4.005	10.377	6.226
Participação em coligadas e controladas	59.727	35.836	-	-
Outros	(91.112)	(43.261)	(8.838)	(2.330)
Despesa corrente	(324.864)	(140.373)	(97.666)	(43.164)
Despesa diferida/Marcação a mercado	(145.413)	(87.248)	(381)	(229)
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL diferido	1.556.452	746.767	1.136.671	880.587
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	1.086.176	519.145	1.038.624	837.194



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado de operação de crédito	15.278.811	27.967.053	19.573.718
Operações compromissadas	3.284.265	5.604.211	3.889.579
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.576.129	5.513.414	3.161.715
Ativos financeiros disponíveis para venda	78.191	146.208	131.488
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.441.264	7.560.348	8.191.555
Instrumentos financeiros derivativos	(633.154)	(669.979)	(119.147)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.588.543	4.844.898	2.942.783
Juros de ativos financeiros – FCVS	802.582	1.866.949	1.578.850
Resultado com câmbio	6.201	6.701	2.570
Outras	63.786	73.261	34.094
Total	28.486.618	52.913.064	39.387.205

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações com clientes	(9.228.201)	(17.102.498)	(11.884.615)	(9.227.224)	(17.100.885)	(11.884.615)
Operações com instituições financeiras	(470.010)	(617.967)	(36.606)	(470.010)	(617.967)	(36.606)
Despesas de captação no mercado aberto	(4.146.210)	(7.348.125)	(6.253.919)	(4.090.774)	(7.246.599)	(6.183.554)
Empréstimos, cessões e repasses	(3.389.527)	(5.946.394)	(3.834.039)	(3.389.527)	(5.946.394)	(3.834.039)
Outros dep. especiais e fundos e programas	(517.261)	(958.266)	(997.163)	(517.261)	(958.266)	(997.163)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(3.839.911)	(6.815.735)	(4.050.041)	(3.839.911)	(6.815.735)	(4.050.041)
Total	(21.591.120)	(38.788.985)	(27.056.383)	(21.534.707)	(38.685.846)	(26.986.018)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2011		2010
	2º Semestre	Exercício	Exercício (1)
Administração do FGTS	1.434.162	3.129.791	2.456.397
Administração do FCVS	44.071	79.935	94.859
Administração do PIS	33.646	51.192	52.041
Administração das loterias	464.385	903.511	863.865
Administração do FIES	86.285	137.238	98.519
Administração do FAR	58.573	60.260	47.915
Seguro-Desemprego	28.581	57.054	53.076
Orçamento Geral da União (OGU)	7.865	59.263	85.760
Bolsa Família	135.603	272.676	247.923
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	30.693	59.654	56.951
Administração de fundos de investimento	467.575	906.675	821.145
Tarifas de convênios	963.534	1.850.505	1.634.707
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	67.499	119.878	92.619
TAC	113.023	341.941	386.126
Cartão de crédito	307.013	716.651	589.577
Cobrança de títulos	249.749	485.871	433.142
EMGEA – Administração de Contratos	113.816	223.005	242.079
Taxa de risco – Agente financeiro	161.672	300.899	221.189
CCFGTS	103.119	214.341	231.141
Carta de Crédito FGTS - Programa Minha Casa Minha Vida	49.068	137.284	127.889
CONSTRUCARD CAIXA	36.014	75.848	72.034
Rendas de serviços s/ operações de crédito imobiliário	165.907	278.089	187.599
Rendas de serviços prestados a ligadas	255.232	465.273	349.339
Outros serviços	176.554	195.590	45.334
Subtotal	5.553.639	11.122.424	9.491.226
Rendas de tarifas bancárias	956.248	1.523.643	985.920
Pessoa Física	863.714	1.347.534	833.462
Pessoa Jurídica	92.534	176.109	152.458
Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	6.509.887	12.646.067	10.477.146

- (1) Houve reclassificação de contas na composição dos itens desta nota explicativa, em relação ao que foi divulgado no ano de 2010, o que determinou ajuste de valores, substancialmente nos itens “Tarifas de convênios” e “Rendas de serviços s/ operações de crédito imobiliário”.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(3.813.543)	(7.398.200)	(6.375.098)	(3.813.543)	(7.398.200)	(6.375.600)
Salários e proventos	(3.559.841)	(6.866.142)	(5.920.398)	(3.559.841)	(6.866.142)	(5.920.900)
Indenizações trabalhistas	(253.702)	(532.058)	(454.700)	(253.702)	(532.058)	(454.700)
Benefícios	(705.606)	(1.340.383)	(1.118.217)	(705.606)	(1.340.383)	(1.118.236)
Encargos sociais:	(1.406.220)	(2.724.894)	(2.294.991)	(1.406.220)	(2.724.894)	(2.295.123)
FGTS	(265.272)	(517.288)	(438.997)	(265.272)	(517.288)	(439.030)
Previdência social	(825.012)	(1.600.412)	(1.350.984)	(825.012)	(1.600.412)	(1.351.067)
Previ. complementar	(225.533)	(443.037)	(365.483)	(225.533)	(443.037)	(365.499)
Outros	(90.403)	(164.157)	(139.527)	(90.403)	(164.157)	(139.527)
Outros	(103.367)	(177.911)	(164.880)	(103.598)	(178.756)	(165.319)
Total	(6.028.736)	(11.641.388)	(9.953.186)	(6.028.967)	(11.642.233)	(9.954.278)

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Comunicações	(311.338)	(568.915)	(427.509)	(311.338)	(568.915)	(427.509)
Manutenção/conservação de bens	(420.368)	(815.295)	(632.002)	(420.368)	(815.295)	(632.002)
Água e energia	(122.444)	(247.471)	(229.560)	(122.444)	(247.471)	(229.560)
Aluguéis e arrendamento de bens	(340.064)	(693.922)	(618.241)	(340.064)	(693.922)	(618.241)
Despesas de material	(141.082)	(257.213)	(114.732)	(141.084)	(257.222)	(114.738)
Processamento de dados	(501.464)	(948.216)	(878.196)	(501.464)	(948.216)	(878.196)
Promoções e relações públicas	(91.570)	(179.159)	(131.011)	(91.570)	(179.159)	(131.011)
Propaganda e publicidade	(214.937)	(383.648)	(347.017)	(214.937)	(383.648)	(347.017)
Serviços do sistema financeiro	(139.842)	(273.331)	(242.189)	(139.842)	(273.331)	(242.189)
Serviços de terceiros	(485.865)	(881.744)	(713.222)	(485.865)	(881.743)	(713.222)
Serviços especializados	(237.789)	(437.537)	(353.697)	(240.894)	(441.407)	(355.891)
Serviços vigilância e segurança	(278.259)	(553.944)	(464.296)	(278.259)	(553.944)	(464.264)
Depreciação e amortização	(373.586)	(752.559)	(680.970)	(373.584)	(752.559)	(680.970)
Outras administrativas	(160.005)	(285.437)	(240.385)	(160.243)	(285.965)	(240.448)
Total	(3.818.613)	(7.278.391)	(6.073.027)	(3.821.957)	(7.282.797)	(6.075.258)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Comissões e taxas sobre operações	2.432.223	4.036.076	2.758.677	2.432.223	4.036.076	2.758.678
Recuperação de despesas	433.108	855.580	803.955	430.572	850.740	799.383
Reversão de outras provisões operacionais	581.649	1.195.340	672.218	581.649	1.195.340	672.218
Receitas de cartões de crédito	78.828	148.490	136.392	78.828	148.490	136.392
Receitas de dividendos	124	365	9.229	77.434	142.287	29.295
Atualização de depósitos em garantia	351.165	646.520	227.913	351.165	646.520	227.913
Atualização monet. s/ valores a receber da União	144.905	144.906	-	144.905	144.905	-
Outras receitas operacionais	278.091	417.190	879.100	260.896	400.016	879.047
Total	4.300.093	7.444.467	5.487.484	4.357.672	7.564.374	5.502.926

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Contribuição ao SFH	(554)	(382.635)	(1.022)	(554)	(382.635)	(1.022)
FCVS a receber - provisão/perdas	(171.113)	(452.835)	(306.504)	(171.113)	(452.835)	(306.504)
Obrigações com fundos e programas	(163.186)	(259.806)	(338.330)	(163.186)	(259.806)	(338.330)
Provisão para causas judiciais	(51.138)	(280.327)	(1.078.096)	(51.138)	(280.327)	(1.078.096)
EMGEA/UNIÃO	(1.744)	(20.063)	(32.129)	(1.744)	(20.063)	(32.129)
Loterias	(95.463)	(193.430)	(190.369)	(95.463)	(193.430)	(190.369)
Cartão de crédito	(375.375)	(690.767)	(586.755)	(375.375)	(690.767)	(586.755)
Serviços automatizados	(74.422)	(151.060)	(100.139)	(74.422)	(151.060)	(100.139)
Descontos de operações de crédito	(475.115)	(840.766)	(190.968)	(475.115)	(840.766)	(190.968)
Correspondente não bancário	(631.308)	(1.182.814)	(995.747)	(631.308)	(1.182.814)	(995.747)
Inst. híbrido de capital e dívida - AM	(712.888)	(1.651.422)	(1.428.281)	(712.888)	(1.651.422)	(1.428.281)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(226.417)	(449.689)	(412.538)	(226.417)	(449.689)	(412.538)
Benefícios sociais	(44.992)	(81.666)	(80.166)	(44.992)	(81.666)	(80.166)
Fundo de investimento do FGTS	(3.770)	(6.852)	(22.638)	(3.770)	(6.852)	(22.638)
Alavancagem de negócios	(94.761)	(165.325)	(103.014)	(94.761)	(165.325)	(103.014)
Condenações judiciais	(117.126)	(241.921)	(547.448)	(117.126)	(241.921)	(547.448)
Créditos administrados por terceiros	(20.120)	(37.286)	(33.403)	(20.120)	(37.286)	(33.403)
Gestão financ c/ fundo de previdência	(135.925)	(260.354)	(187.919)	(135.925)	(260.354)	(187.919)
Benefício pós-emprego	(281.428)	(562.857)	(537.708)	(281.428)	(562.857)	(537.708)
AM e juros pagos ao vendedor créd. Imobiliário	(161.895)	(270.982)	(144.362)	(161.895)	(270.982)	(144.362)
AM s/ restituições e recolhimentos	(302)	(17.704)	(185.874)	(302)	(17.704)	(185.874)
Desp. revendedor lotérico	(74.985)	(129.056)	(70.968)	(74.985)	(129.056)	(70.968)
Desp. provisões operacionais	(216.708)	(279.925)	(481.464)	(216.708)	(279.925)	(481.464)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(17.279)	(17.279)	-	(17.279)	(17.278)	-
Outras	(350.322)	(613.192)	(525.649)	(350.323)	(613.208)	(536.759)
Total	(4.498.336)	(9.240.013)	(8.581.491)	(4.498.337)	(9.240.028)	(8.592.601)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas não operacionais	109.045	213.453	337.267
Lucro na alienação de valores e bens	62.943	119.775	147.462
Alienação de bens imóveis	15.444	33.628	126.056
Sobras de caixa não reclamadas	13.502	24.324	17.601
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	3	3.163	23.836
Multas e penalidades	9.429	19.280	12.091
Outras rendas não operacionais	7.724	13.283	10.222
Despesas não Operacionais	(233.618)	(448.049)	(488.264)
Desvalorização de outros valores e bens	(1.547)	(4.015)	(97.939)
Indenizações por perdas e danos	(47.196)	(82.408)	(62.630)
Perdas em Imóveis	(18.637)	(36.039)	36.523)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(115.871)	(234.486)	(216.547)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(10.753)	(19.413)	(16.632)
Perdas em cartões de crédito	(28.623)	(56.600)	(33.552)
Outras despesas não operacionais	(10.991)	(15.088)	(24.441)
Total	(124.573)	(234.596)	(150.997)

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Contribuição COFINS	(636.451)	(1.190.889)	(974.141)	(641.857)	(1.200.481)	(974.354)
PIS/PASEP	(103.423)	(193.519)	(158.298)	(104.597)	(195.603)	(158.344)
Imp. s/ Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(170.877)	(330.419)	(283.197)	(170.877)	(330.419)	(283.197)
Despesas com IPTU	(3.270)	(41.203)	(37.254)	(3.270)	(41.203)	(37.254)
Outras	(22.271)	(40.788)	(17.237)	(22.271)	(40.789)	(17.313)
Total	(936.292)	(1.796.818)	(1.470.127)	(942.872)	(1.808.495)	(1.470.462)

Nota 30 – Provisões

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) As provisões estão assim apresentadas:

(i) Composição por classificação de risco Provável:

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2010	2011		
	31 de dezembro	Adições no exercício	Reversões/ Baixas no exercício	31 de dezembro
Demandas Fiscais	575.572	66.175	(373.505)	268.242
INSS	271.304	18.242	(242.040)	47.506
ISS	152.560	41.709	(7.652)	186.617
Outros	151.708	6.224	(123.813)	34.119
Demandas Cíveis	3.587.568	604.780	(609.631)	3.582.717
Perdas e danos	1.307.726	332.556	(198.721)	1.441.561
Poupança	1.488.774	201.392	(347.500)	1.342.666
Loterias	42.917	2.897	(36.897)	8.917
Crédito imobiliário	213.283	22.660	(21.153)	214.790
Contingenciamento do FGTS	534.868	45.275	(5.360)	574.783
Demandas Trabalhistas	2.687.488	742.948	(617.550)	2.812.886
Outras	216.289	-	(174.618)	41.671
Total	7.066.917	1.413.903	(1.775.304)	6.705.516

A provisão para causas fiscais está registrada na conta “Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias” (Nota 18(a)), e a provisão para as demais causas na conta “Outras obrigações - Diversas” (Nota 18(c)).

(ii) Composição por classificação de risco possível

As contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009:

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Demandas Fiscais	4.641.123	4.355.918
Demandas Cíveis	1.114.021	1.164.729
Demandas Trabalhistas	46.749	43.571
Total	5.801.893	5.564.218



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Demandas Fiscais	7.401.564	6.515.569
Demandas Cíveis	632.466	666.875
Demandas Trabalhistas	1.474.686	1.332.171
Total	9.508.716	8.514.615

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade.

As ações cíveis estão relacionadas com os seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que se encontram provisionadas aos critérios descritos na norma vigente.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensão reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS ocorrido de acordo com as normas vigentes a época.

(c) Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, CPMF, CSLL, PASEP, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ICMS, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

(c.1) INSS

A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 31 de dezembro de 2011, montam a R\$1.390.718 (2010 - R\$ 1.455.145), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$47.506 (2010 - R\$ 271.304).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) ISS

As fiscalizações municipais atuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 31 de dezembro de 2011 corresponde ao montante de R\$ 235.989 (2010 - R\$ 286.846). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R\$ 184.343 (2010 – R\$ 152.560).

(c.3) CSLL

A CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$ 5.968 (2010 - R\$ 123.774), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(c.4) PIS/PASEP

A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993.

A CAIXA recorreu em âmbito administrativo, junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, contestando referida autuação, tendo o respectivo processo administrativo fiscal tramitado até Nov/10, e, nesse interregno, a CAIXA teve parte de seus argumentos providos, em sede de Recurso Voluntário (Acórdão 202-17402), tendo sido negado o pleito discutido em sede de Recurso Especial. A CAIXA foi cientificada quanto à decisão de última instância, da qual não cabia mais nenhum recurso administrativo, sendo intimada a recolher o montante recalculado para o auto de infração composto por R\$ 667.691 de principal, R\$ 500.768 de multa e R\$ 3.011.018 de juros, os quais totalizam R\$ 4.179.478 a valores de 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$ 4.053.509, valor total).

Dado o esgotamento das possibilidades de discussão da autuação na esfera administrativa, a CAIXA decidiu por ajuizar ação, visando à reversão da autuação, pelo que foi promovido o depósito do montante integral, conforme previsão da legislação tributária para que haja suspensão da exigibilidade do respectivo crédito tributário.

A administração da CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, classificou essa autuação como probabilidade de perda possível.

(c.5) Outras

A CAIXA possui 20 processos relativos a Imposto de Renda, CPMF, PASEP, Contribuições Previdenciárias e ISSQN e ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e somam R\$ 461.645 em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$ 302.409).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 31 – Partes relacionadas

(a) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Benefícios de curto prazo	10.253	9.277
Proventos	8.213	7.502
Encargos Sociais	2.040	1.775

Em atendimento ao Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987, estão destacadas, abaixo, as remunerações pagas a empregados e administradores, nelas não são deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/1987 e Lei nº 8.852/1994.

Descrição	2011		2010	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	Administrador R\$	Empregado R\$	Administrador R\$	Empregado R\$
Maior Salário	33.620	30.283	31.628	26.723
Salário Médio	29.800	5.497	28.750	4.925
Menor Salário	25.236	1.773	28.488	1.600

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

(b) Operações ativas e passivas da CAIXA com as partes relacionadas

As operações com a Caixa Seguros Holding S.A., Tesouro Nacional e FUNCEF são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
ATIVOS		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.063.590	202.509
Banco Panamericano	2.063.590	202.509
Aplicações em operações compromissadas	300.037	2.001
Banco Panamericano	300.037	2.001
Rendas a receber	1.469.305	839.998
Caixa Seguros Holding S.A.	450	-
OGU - Orçamento Geral da União	1.468.855	839.998
Créditos adquiridos	2.404.793	427.591
Banco Panamericano	2.404.793	427.591
Total	6.237.735	1.472.099



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVOS		
Depósitos	296.191	243.451
Caixa Seguros Holding S.A.	7.100	-
FUNCEF	1.250	1.268
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	287.841	242.183
Repasses do país - instituições oficiais	25.222	13
OGU - Orçamento Geral da União	25.222	13
Obrigações diversas	31.462	28.666
OGU - Orçamento Geral da União	31.462	28.666
Total	352.875	272.130

Descrição	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS			
Rendas de prestação de serviços	264.277	526.960	437.622
Caixa Seguros Holding S.A.	255.232	465.273	349.339
OGU - Orçamento Geral da União	9.045	61.687	88.283
Outras receitas operacionais	44.135	137.616	110.879
OGU - Orçamento Geral da União	44.135	137.616	110.879
Total	308.412	664.576	548.501
DESPESAS			
Despesas administrativas - aluguéis	(22.601)	(44.097)	(38.398)
FUNCEF	(22.601)	(44.097)	(38.398)
Outras despesas operacionais	(1.770)	(3.419)	(3.046)
OGU - Orçamento Geral da União	(1.770)	(3.419)	(3.046)
Total	(24.371)	(47.516)	(41.444)

As receitas e despesas representam os valores acumulados até a posição informada.

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

Descrição	2011	2010
Benefícios de curto prazo	2.390.938	2.080.613
Natureza salarial	1.599.972	1.403.353
Participação dos empregados no lucro	790.966	677.260
Benefícios pós-emprego	6.328.531	5.840.201
Saúde CAIXA (cálculo atuarial)	5.677.807	5.169.596
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial)	607.075	626.970
PREVHAB (cálculo atuarial)	43.649	43.636
TOTAL	8.719.469	7.920.814

Informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item Benefícios de curto prazo – Natureza salarial que apresenta o montante de R\$ 1.599.948 (R\$ 1.403.021 – 2010) na demonstração individual.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.1) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros.

(a.2) Benefícios pós-emprego:

- (i) A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência denominados planos de benefícios que são administrados e executados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF.
- (ii) A CAIXA administra os compromissos com os assistidos EX-PREVHAB, relativos a benefícios pós-emprego.
- (iii) O Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares (empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS) e seus respectivos dependentes.
- (iv) O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS
- (v) A CAIXA administra os benefícios pós-emprego de Auxílio Pecúlio e Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação.

(b) Plano de benefícios - Previdência privada

(b.1) REG/REPLAN

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2011, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5,5% a.a. para a inflação.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2011, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5,5% a.a. para a inflação.

(b.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto-patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2011, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5,5% a.a. para a inflação.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.4) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (1) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (2) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos e (3) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

De acordo com a legislação vigente, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos e após a constituição da reserva de contingência, no montante integral de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria

Financeiras	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Taxa de juros de desconto atuarial anual	5,78%	6,00%	5,78%	6,00%	5,78%	6,00%
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,41%	2,41%	2,89%	2,89%	2,89%	2,89%
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	1,00%	1,00%	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50%	5,00%	5,50%	5,00%	5,50%	5,00%
Retorno real anual dos ativos do plano	11,30%	11,30%	11,30%	11,30%	11,30%	11,30%

Demográficas	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Taxa de rotatividade	EXPERIÊNCIA FUNCEF		EXPERIÊNCIA FUNCEF		EXPERIÊNCIA FUNCEF	
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000	AT 83 M e AT 83 F

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	2011	2011	2011
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(35.033.289)	(412.518)	(254.250)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	41.498.618	343.455	277.166
Valor presente da obrigação atuarial: sem cobertura / (em excesso)	(6.465.329)	69.063	(22.916)
Montante não reconhecido como ativo / (passivo) (1)	3.232.664	34.531	(11.458)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	647.073	(167.759)	19.435
Passivo/(Ativo) atuarial líquido: reconhecido no final do exercício	-	-	7.976



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	2010	2010	2010
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(31.330.322)	(358.031)	(283.896)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	37.230.243	447.248	230.424
Valor presente da obrigação atuarial: sem cobertura / (em excesso)	(5.899.921)	(89.217)	53.472
Montante não reconhecido como ativo / (passivo) (1)	2.949.960	(44.608)	26.736
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	884.794	(82.737)	(17.127)
Passivo / (Ativo) atuarial líquido: Reconhecido no final do exercício	(2.065.167)	(127.345)	9.609

(1) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar Nº 109/2001 e Resolução CGPC 26/08, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	2011	2011	2011
Valor Presente da obrigação atuarial: Início do exercício	(31.330.322)	(358.031)	(283.896)
Custo do serviço corrente	(58.484)	(3.482)	(18.602)
Custo de juros	(3.622.039)	(32.082)	(30.593)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(1.493.888)	(35.357)	66.711
Benefícios pagos pelo plano	1.471.444	16.434	12.130
Valor presente da obrigação atuarial: Final do exercício	(35.033.289)	(412.518)	(254.250)

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	2010	2010	2010
Valor Presente da obrigação atuarial: Início do exercício	(27.479.152)	(334.121)	(154.508)
Custo do serviço corrente	(74.096)	(3.436)	(20.045)
Custo de juros	(3.017.912)	(33.925)	(9.567)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(2.092.304)	(5.694)	(110.000)
Benefícios pagos pelo plano	1.333.142	19.145	10.224
Valor presente da obrigação atuarial: Final do exercício	(31.330.322)	(358.031)	(283.896)

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	2011	2011	2011
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	37.230.243	447.248	230.424
Retorno esperado dos ativos do plano	4.692.039	56.538	29.666
Ganhos / (Perdas) atuariais	1.018.447	(144.478)	23.206
Contribuições/Pagamentos do empregador	14.666	580	6.000
Contribuições de participantes do plano	14.666	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(1.471.444)	(16.434)	(12.130)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	41.498.618	343.455	277.166



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	2010	2010	2010
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	31.584.152	513.041	132.388
Retorno esperado dos ativos do plano	4.134.518	51.581	18.545
Ganhos / (Perdas) atuariais	2.813.153	(99.962)	85.096
Contribuições/Pagamentos do empregador	15.781	551	4.619
Contribuições de participantes do plano	15.781	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(1.333.142)	(19.145)	(10.224)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	37.230.243	447.248	230.424

(v) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	2011	2011	2011
Custo do serviço corrente	(58.484)	(3.482)	(18.602)
Responsabilidade dos participantes	(505.758)	(10.486)	9.764
Custo de juros	(3.622.039)	(32.082)	(30.593)
Retorno esperado dos ativos do plano	4.692.039	56.538	29.666
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	-	(4.895)	(1.212)
Efeito do limite	(520.424)	-	-
Total da (despesa) / receita reconhecida	(14.666)	(290)	(10.976)

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	2010	2010	2010
Custo do serviço corrente	(74.096)	(3.436)	(20.045)
Responsabilidade dos participantes	(521.255)	276	5.533
Custo de juros	(3.017.912)	(33.925)	(9.567)
Retorno esperado dos ativos do plano	4.134.518	51.581	18.545
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	-	(372)	-
Efeito do limite	(537.036)	-	3.224
Total da (despesa) / receita reconhecida	(15.781)	(276)	(2.310)

(vi) Despesa / receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente	(28.123)	(2.850)	(25.060)
Responsabilidades dos participantes	(661.324)	3.040	8.024
Custo de juros	(3.871.909)	(47.312)	(27.967)
Retorno esperado dos ativos do plano	5.222.680	44.082	36.981
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(12.879)	506
Efeito do não reconhecimento do ativo	(676.797)	15.595	-
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(15.473)	(324)	(7.517)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

(c.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

(i) Principais premissas utilizadas

Descrição	PREVHAB	
	2011	2010
Taxa de juros de desconto atuarial anual	5,78%	6,00%
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50%	5,00%
Retorno real anual dos ativos do plano	11,30%	10,23%

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Descrição	PREVHAB	
	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(37.535)	(36.607)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	43.649	43.636
Valor presente da obrigação atuarial em excesso	(6.114)	(7.028)
Ganhos atuariais não reconhecidos	2.430	5.527
Ativo atuarial líquido reconhecido no final do exercício (1)	(3.684)	(1.501)

(1) A CAIXA optou por não registrar o Ativo/Passivo resultante, face da não existência de certeza de haver reembolso ou redução efetiva de contribuições futuras.

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Descrição	PREVHAB	
	2011	2010
Valor Presente da obrigação atuarial no Início do exercício	(36.607)	(40.205)
Custo do serviço corrente	-	-
Custo de juros	(4.034)	(4.212)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(80)	4.553
Benefícios pagos pelo plano	3.187	3.257
Passivos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(37.535)	(36.607)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Descrição	PREVHAB	
	2011	2010
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	43.636	42.625
Retorno esperado dos ativos do plano	6.149	5.712
Perdas atuariais	(2.948)	(1.444)
Contribuições/Pagamentos (PREVHAB) do empregador	-	-
Contribuições de participantes do plano	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(3.188)	(3.257)
Despesas administrativas	-	-
Ativos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	43.649	43.636

(v) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

Descrição	PREVHAB	
	2011	2010
Custo do serviço corrente	-	-
Responsabilidade dos participantes	-	-
Custo de juros	(4.034)	(4.212)
Retorno esperado dos ativos do plano	6.149	5.712
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	68	-
Efeito do limite	-	-
Total da (despesa) / receita reconhecida no exercício	2.183	1.500

(vi) Despesa / receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Descrição	PREVHAB
	Benefício Definido
Custo do serviço corrente	-
Responsabilidades dos participantes	-
Custo de juros	(4.041)
Retorno esperado dos ativos do plano	6.125
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-
Efeito do limite	-
Total da (despesa) / receita a reconhecer	2.084

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares, os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custeio do Plano de Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.

Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 5.632.367 (2010 - R\$ 5.166.068) e a despesa para o período acumulado até 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 651.359 (2010 - R\$ 553.031).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(d.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano

Descrição	SAÚDE CAIXA	
	2011	2010
Taxa de juros de desconto atuarial anual	5,78%	6,62%
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,89%	1,04%
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50%	4,00%
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-
Taxa de rotatividade	1,93%	1,18%
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Descrição	SAÚDE CAIXA	
	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(4.637.896)	(4.387.210)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (excesso)	4.637.896	4.387.210
Perdas atuariais não reconhecidos	994.472	778.857
Passivo atuarial líquido reconhecido no final do exercício	5.632.367	5.166.068



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Descrição	SAÚDE CAIXA	
	2011	2010
Valor Presente da obrigação atuarial no início do exercício	(4.387.210)	(4.259.459)
Custo do serviço corrente	(191.397)	(103.235)
Custo de juros	(490.865)	(456.722)
Ganhos / (Perdas) atuariais	246.517	276.681
Benefícios pagos pelo plano	185.059	155.525
Reduções	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(4.637.896)	(4.387.210)

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Descrição	SAÚDE CAIXA	
	2011	2010
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-
Ganhos / (Perdas) atuariais	-	-
Pagamentos / Contribuições do empregador	(185.059)	155.525
Contribuições de participantes do plano	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(185.059)	(155.525)
Ativos (adquiridos) / transf. de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-

(v) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

Descrição	SAÚDE CAIXA	
	2011	2010
Custo do serviço corrente	(191.397)	(103.235)
Contribuição dos participantes	-	-
Custo de juros	(490.865)	(456.722)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	30.902	6.926
Efeito de qualquer redução ou liquidação	-	-
Total da (despesa) / receita no exercício	(651.359)	(553.031)

(vi) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Exercício de 2012	SAÚDE CAIXA
Montantes de:	
Custo do serviço corrente	(288.161)
Contribuições dos participantes	-
Custo de juros	(525.743)
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	48.956
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(764.948)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vii) Efeito decorrente de aumento ou redução de um ponto percentual dos custos médicos

Descrição	SAÚDE CAIXA	
	Decréscimo 1%	Aumento 1%
Valor total do custo de juros	(524.511)	(529.810)
Valor total do custo do serviço corrente	253.141	255.648
Valor presente da obrigação atuarial do plano	4.614.992	4.660.686
Percentual do valor total do custo de juros	(0,23)%	0,77%
Percentual do valor total do custo do serviço corrente	(0,49)%	0,49%
Percentual do valor presente da obrigação atuarial do plano	(0,49)%	0,49%

(e) Auxílio Alimentação, Cesta Alimentação e Auxílio Pecúlio

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano.

Para o período de setembro de 2011 a agosto de 2012 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 435,16 (quatrocentos e trinta e cinco reais e dezesseis centavos) para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2011 a agosto de 2012 é de R\$ 399,08 (trezentos e noventa e nove reais e oito centavos) para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O benefício Auxílio Pecúlio é administrado pela CAIXA e ela, em conjunto com os participantes, são partes intervenientes contribuindo com R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) anualmente no mês de janeiro.

O pagamento do benefício é concedido aos beneficiários do participante mediante ocorrência de morte natural deste, desde que comprovada dependência, perfazendo o valor de R\$ 792,65 (setecentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos). Caso ocorra morte acidental do participante, o pagamento do benefício será de R\$ 1.560,60 (hum mil, quinhentos e sessenta reais e sessenta centavos) aos beneficiários, desde que apresentados os documentos necessários para sua habilitação.

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Descrição	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO	
	2011	2010	2011	2010
Taxa de juros de desconto atuarial anual	5,78%	6,00%	5,78%	6,00%
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50%	5,00%	5,50%	5,00%
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-	11,30%	11,30%
Taxa de rotatividade	-	-	-	-
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Descrição	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO	
	2011	2010	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(624.440)	(651.502)	(11.152)	(9.888)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-	7.429	6.249
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (excesso)	(624.440)	651.502	3.723	3.639
(Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	13.916	9.484	(2.519)	(2.802)
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	638.356	660.986	1.204	837

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Descrição	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO	
	2011	2010	2011	2010
Valor Presente da obrigação atuarial no início do exercício	(651.502)	(744.355)	(9.888)	(12.026)
Custo do serviço corrente	-	-	(343)	(308)
Custo de juros	(71.992)	(80.985)	(1.110)	(1.312)
Ganhos / (Perdas) atuariais	4.432	26.440	(40)	3.506
Benefícios pagos pelo plano	94.623	54.868	229	252
Reduções	-	92.530	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(624.440)	(651.502)	(11.152)	(9.888)

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Descrição	AUXÍLIO PECÚLIO	
	2011	2010
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	6.249	5.824
Retorno esperado dos ativos do plano	749	658
Ganhos / (Perdas) atuariais	149	(468)
Pagamentos / Contribuições do empregador	187	177
Contribuições de participantes do plano	324	310
Benefícios pagos pelo plano	(229)	(252)
Ativos (adquiridos) / transf. de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.429	6.249

(v) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

Descrição	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO	
	2011	2010	2011	2010
Custo do serviço corrente	-	-	(343)	(309)
Contribuição dos participantes	-	-	324	310
Custo de juros	(71.992)	(80.985)	(1.110)	(1.312)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	749	659
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-	-	-
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	-	-	(174)	(274)
Efeito de qualquer redução ou liquidação	-	92.529	-	-
Total da (despesa) / receita no exercício	(71.992)	11.544	(554)	(926)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vi) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Exercício de 2012	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO	AUXÍLIO PECÚLIO
Montantes de:		
Custo do serviço corrente	-	(383)
Contribuições dos participantes	-	342
Custo de juros	(66.633)	(1.286)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	907
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(149)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(66.633)	(570)

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basileia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basileia II são coordenadas por um projeto estratégico e supervisionadas pela unidade de risco corporativo da Vice-Presidência de Controladoria e Riscos. O Projeto foi aprovado pelo Conselho Diretor e reflete o devido reconhecimento e a priorização estratégica atribuída pela Administração à implantação das melhores práticas de gestão de riscos.

O Projeto visa assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na CAIXA.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil - BACEN relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a CAIXA a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A CAIXA reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento de sua missão estratégica.

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº. 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II - DEDUÇÕES)	39.540.314	32.569.539
NÍVEL I	21.466.776	16.922.987
Patrimônio Líquido	19.561.381	15.436.950
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	2.800.014	2.207.346
Reservas de Reavaliação	(464.595)	(478.318)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(168.926)	(178.770)
Ativo Permanente Diferido	(22.825)	(59.060)
Ajuste ao Valor de Mercado	(187.247)	(5.161)
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	(51.026)	-
NÍVEL II	18.683.916	15.647.401
Reservas de Reavaliação	464.595	478.318
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	9.481.272	10.074.721
Instrumentos de Dívida Subordinada	8.550.802	5.089.201
Ajuste ao Valor de Mercado	187.247	5.161
DEDUÇÕES DO PR	(610.378)	(849)
Ações emitidas por Instituições Financeiras	(609.388)	
Participação em instituição financeira no exterior	(90)	(849)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	32.579.419	23.203.522
Risco de Crédito (PEPR)	30.714.623	21.546.092
Risco de Mercado – Carteira de Negociação (P _{JUR} , P _{COM} e P _{ACS})	34.739	36.847
Risco Operacional (P _{OPR})	1.830.057	1.620.583
Risco de Mercado – Carteira de não negociação (R_{BAN})	2.385.646	3.130.093
MARGEM DE CAPITAL (PR - PRE)	4.575.249	6.235.924
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)	13,35%	15,44%



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte ou parte intermediadora ou conveniente de operações de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e o acompanhamento do risco de crédito são realizados pela identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso e exposição, limites por tomador, operação, segmento, região geográfica e setor de atividade econômica, perdas realizada, esperada e inesperada, provisão, *rating* das operações, exigência de capital regulatório e econômico, proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

Objetivando ainda gerir o risco de crédito, todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

Ademais, as novas operações são avaliadas a partir de modelos de *Credit Scoring* ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação, as operações em carteira recebem reavaliações periódicas, as operações de varejo utilizam modelos de *Behaviour Scoring* e nas demais exposições aplica-se a reavaliação de *rating*.

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito.

As revisões periódicas das políticas, estratégias, práticas, processos, modelos e sistemas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração e validação de modelos, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado da CAIXA é compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece os princípios, valores e diretrizes adotadas no gerenciamento desta categoria de risco, e define os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

Os riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações são identificados previamente, com análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA e os limites de exposição e concentração a riscos de mercado, abrangendo todas as fontes relevantes deste risco. São monitorados, com reporte tempestivo às instâncias deliberativas, assegurando menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa. Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk - VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average*, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Novo Acordo de Basiléia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos. Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Atualmente são utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

R\$ milhões		
Valor em Risco em Cenário de Normalidade		
Fatores de Risco	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
PRE	10,4	8,2
Cupom IGP	-	-
Cupom IPCA	0,1	0,3
VaR sem ED ⁽¹⁾	10,6	8,5
VaR com ED ⁽¹⁾	10,7	8,3

(1) Efeito Diversificação

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o

vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards - A Revised Framework – Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*. Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº. 3.365/2007.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento do limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor marcado a mercado

Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado:

Descrição	Valor de Referência		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO						
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	2.063.590	201.687	2.063.746	201.687	156	-
Aplicações em Operações Compromissadas	27.683.377	12.005.555	27.685.856	12.004.677	2.479	(879)
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	119.404.875	108.575.272	121.984.257	110.753.609	2.579.382	2.178.337
Títulos para negociação	55.144.135	37.531.591	55.144.135	37.531.590	-	-
Títulos disponíveis para venda	5.594.541	1.582.856	5.594.541	1.582.856	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	58.666.199	69.460.825	61.245.581	71.639.163	2.579.382	2.178.337
Operações de Crédito, Arrendam. Mercantil e Outros Créditos	252.890.299	178.515.247	253.887.001	181.043.006	996.702	2.527.759
Comercial	79.750.293	56.012.517	87.684.038	66.218.999	7.933.745	10.206.483
Habitação	152.870.586	108.330.025	148.897.621	104.713.947	(3.972.965)	(3.616.078)
Infraestrutura/Desenvolvimento	16.927.897	11.441.134	13.963.819	6.822.855	(2.964.078)	(4.618.279)
Outros Créditos	3.341.523	2.731.571	3.341.523	3.287.205	-	555.633
PASSIVO						
Captações de Recursos	60.293.053	41.745.298	61.745.016	43.729.138	1.451.963	1.983.840
CDB/RDB	39.215.509	30.429.778	39.524.657	32.060.008	309.148	1.630.231
LCI LH	21.077.544	11.315.520	22.220.359	11.669.130	1.142.815	353.609
Captação em Operações Compromissadas	56.291.291	46.012.658	57.915.402	48.195.231	1.624.111	2.182.572
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	84.169.782	57.688.261	71.395.765	48.808.157	(12.774.017)	(8.880.104)
Exterior	4.601	89.381	4.597	88.571	(4)	(810)
Tesouro	32.509	29.718	32.735	29.946	226	228
FGTS	80.599.183	54.172.590	67.091.999	45.387.573	(13.507.184)	(8.785.017)
BNDDES	1.730.226	1.206.342	2.698.519	1.348.325	968.293	141.983
Depósitos não remunerados	1.803.263	2.190.230	1.567.915	1.953.742	(235.348)	(236.488)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	13.884.459	13.016.149	15.829.703	14.491.312	1.945.244	1.475.162



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor marcado a mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 31 de dezembro de 2011, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475				
Instrumentos Financeiros - 31 de dezembro 2011 – R\$				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(92.472)	(2.182.945)	(4.127.379)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(21.150)	(517.901)	(1.012.996)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(345.085)	(7.854.462)	(14.368.072)
Variação cambial	Queda nas taxas de cambio	(1)	(28)	(57)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações da CAIXA, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação das situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Controle e Risco e de Finanças, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

A estrutura de gerenciamento deste risco na CAIXA está em consonância com as diretrizes da instituição e com a Resolução CMN no 3.380/2006, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco operacional nas instituições financeiras e inclui as atividades de identificação, avaliação, monitoração, controle e mitigação de riscos, incluindo quanto aos serviços terceirizados considerados relevantes para o funcionamento regular da Instituição.

O gerenciamento de risco operacional da CAIXA está pautado nas melhores práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

Identificação

O processo de identificação dos riscos operacionais permeia toda a CAIXA e alcança desde os produtos e serviços a serem lançados até aqueles já disponíveis aos clientes, considerando tanto os fatores externos quanto os fatores internos que podem afetar adversamente os resultados financeiros da CAIXA.

As análises para identificar a exposição ao risco operacional permeiam as diferentes áreas da CAIXA, por meio do mapeamento das atividades e respectivas unidades da CAIXA.

Além do mapeamento, outro instrumento utilizado para a identificação dos riscos operacionais é a autoavaliação, adaptada da metodologia CRSA (*Control & Risk Self Assessment*), conhecida como autoavaliação de riscos e controles. A atividade é realizada em sistema corporativo que captura as informações prestadas pelos gestores, que são questionados sobre a possibilidade da ocorrência de eventos do risco operacional, bem como sobre o nível de criticidade e os controles adotados para reduzir esses riscos.

Avaliação

Os riscos identificados são avaliados qualitativa e quantitativamente.

a) Avaliação Qualitativa

Utiliza-se metodologia que agrega informações de gravidade, urgência e tendência, além de apontar os indicadores-chave de risco, que permitem uma visão antecipada de exposições a ocorrências de eventos de Risco Operacional.

A autoavaliação, em virtude das características de sua aplicação, também permite estimar a frequência e a severidade dos riscos operacionais identificados.

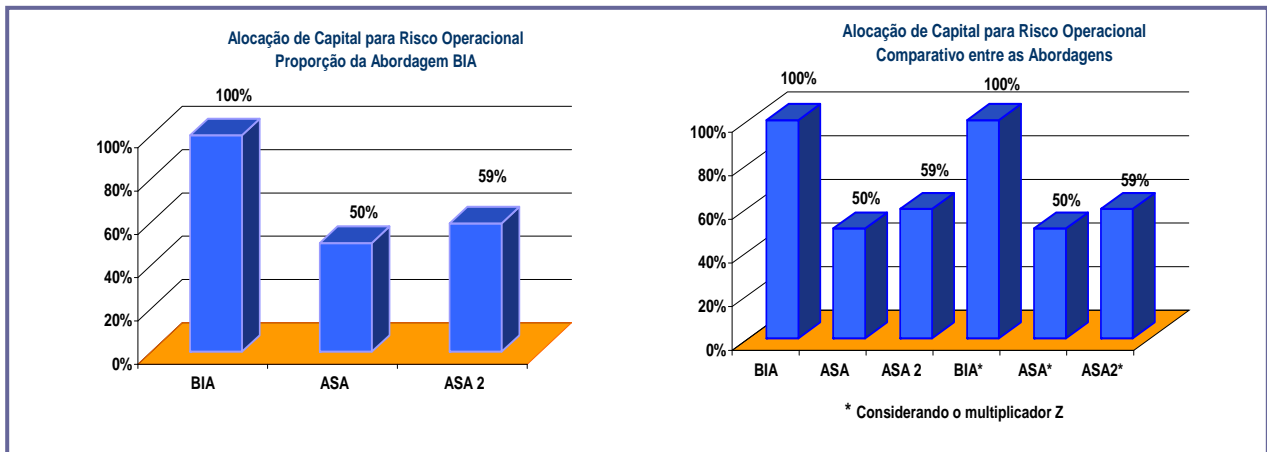
b) Avaliação Quantitativa (Mensuração)

Na avaliação quantitativa são estabelecidas métricas com o objetivo de analisar o histórico das perdas, projetá-las para períodos futuros verificando possíveis impactos financeiros e realizar o cálculo para alocação de capital. A CAIXA utiliza a metodologia *Loss Data Distribution - LDA* para a realização dessas projeções.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/2008.

Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:



Modelos Internos

As abordagens avançadas de alocação de capital para risco operacional requerem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle, e como resultado espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional. São conhecidas por modelo interno por necessitarem de várias informações da própria instituição.

O método interno requer maior número de variáveis a serem analisadas, maior eficiência e sofisticação no gerenciamento de risco operacional, o que, conseqüentemente, implicará na diminuição do capital regulamentar a ser alocado, quando comparado com os métodos padronizados.

O método interno requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Base de dados internos - A base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Base de dados externos – Essa base auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Excetuando-se o segundo, os demais elementos acima mencionados são objeto de estudo, desenvolvimento e/ou aprimoramento na área responsável pelo gerenciamento de risco operacional na CAIXA.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resulta numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Estão disponíveis dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado, na Universidade CAIXA, de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras informações

(a) Administração de entidades sociais

Patrimônios líquidos dos Fundos e Programas Sociais administrados pela CAIXA:

Entidade	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
PIS ²	28.852.466	27.542.968
FGTS ²	39.589.974	35.865.937
FAR ²	5.299.530	5.285.651
FDS ²	1.063.262	1.323.199
FAS	29.318	30.374
FGS	105.641	49.502
FGHAB	425.564	131.584
CCA	20.616	5.501
CCAM	12	-
FGCN	1.400.154	1.206.234
FCE	15	-
Total	76.786.552	71.440.950
FCVS ^{(1) 2}	(81.868.881)	(89.873.424)

(1) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União.

(2) PIS – posição de setembro/2011, FGTS, FAR, FDS, FCVS – posição de novembro/2011.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (2010 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 30.626 (2010 - R\$ 32.129).

A Lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de Agente Operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável as contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R\$ 102.467 (2010 - R\$ 95.615).

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007.

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 166.460 (2010 - R\$ 159.608).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 35 – Eventos subsequentes

(a) Aquisição efetuada pelo Banco Panamericano

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração do Banco Panamericano e seus acionistas deliberaram sobre o aumento de capital social da Companhia, acima do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 1.800.000, mediante a emissão de 297.520.662 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 160.582.377 ações ordinárias e até 136.938.285 ações preferenciais.

O aumento de capital social realizado tem como objetivo: (i) viabilizar o crescimento das atividades do banco; (ii) otimizar o aproveitamento do estoque de créditos fiscais atualmente detidos pela Instituição; e (iii) possibilitar a realização de novos investimentos e aquisições estratégicas.

Em 31 de janeiro de 2012, foram celebrados com a TPG-Axon BFRE Holding, LLC, Coyote Trail LLC e os acionistas da Ourinvest os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”).

O valor da aquisição de 100% das participações na BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, é de R\$ 940.361. Este valor representa um ágio de R\$ 140.361 sobre o patrimônio líquido da BFRE estimado em R\$ 800.000 ao final do exercício social de 2011.

A conclusão e fechamento da operação estão sujeitos à verificação de condições, incluindo a aprovação: (i) da transferência do controle acionário da Brazilian Mortgages pelo Banco Central do Brasil e (ii) da aquisição dos ativos de originação, financiamento e securitização, pelos acionistas do Panamericano em Assembléia Geral a ser convocada.

(b) Capitalização no Banco Panamericano

A alternativa de aporte de R\$ 1,8 bilhão possibilita a adequação do Banco Panamericano às exigências de capital mínimo exigido pelo Banco Central e o enquadramento no índice de Basileia.

A CAIXAPAR e o BTG Pactual S.A. são atualmente acionistas titulares de 100% do capital votante e 74,20% do capital social total do Banco Panamericano. Observada a possibilidade de cessão estabelecida no “Memorando de Entendimentos não vinculante” e através do exercício dos seus respectivos direitos de preferência sobre a totalidade das ações ordinárias e preferenciais de que são titulares, subscreverão o montante mínimo de R\$ 1.335.651 no aumento de capital.

Também foi deliberado na Assembléia Geral o incremento do dividendo obrigatório do Banco Panamericano dos atuais 25% para 30% do lucro líquido ajustado da Instituição para o exercício de 2012, e 35% a partir do exercício de 2013, com a respectiva alteração do Estatuto Social



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Geddel Quadros Vieira Lima
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

José Urbano Duarte
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Paulo Roberto dos Santos
Vice-presidente

Raphael Rezende Neto
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF



Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º SEMESTRE DE 2011

Nos termos do § 2º do artigo 17 do Regulamento anexo à Resolução CMN nº 3.198, de 27.05.2004, deve ser publicado, em conjunto com as demonstrações contábeis, resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, evidenciando os aspectos mais relevantes.

O presente documento cumpre tal exigência ao contemplar sumárias informações referentes às atividades exercidas pelo Comitê no semestre recém-findo, ao externar opinião sobre as demonstrações contábeis e expor avaliação quanto à efetividade dos sistemas de controle interno da CAIXA e dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente.

Nesse sentido, incumbe destacar que o Comitê desempenhou suas atividades de forma independente, participou de todas as reuniões do Conselho de Administração, manteve encontros com o Conselho Diretor, em sua composição plena e individualmente com algumas Vice-Presidências, examinou e discutiu relatórios oriundos de diversas áreas, particularmente daquelas responsáveis pela contabilidade, controladoria, gerenciamento de risco, bem como os elaborados pelas auditorias interna e externa.

Atualizou-se quanto a recomendações formuladas pelas várias instâncias de controle e informou-se sobre o estágio das ações desenvolvidas visando cumpri-las. Apresentou e debateu propostas de aprimoramentos, em particular nos segmentos em relação aos quais deve expressamente opinar.

Fundado nas informações e observações coligidas, o Comitê reafirma que, de um modo geral, os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos corporativos da Caixa Econômica Federal revelam-se compatíveis com o atual estágio das atividades desenvolvidas na Instituição. O desafio de introduzir aperfeiçoamentos que se reflitam no aumento do grau de efetividade de tais segmentos é tema que frequenta a pauta de preocupação da alta administração.



Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Com as auditorias interna e independente o Comitê manteve permanentes reuniões, debatendo variados temas, desde os respectivos planos de trabalho até a formatação e apresentação dos seus relatórios. Como resultado desses encontros, extraem-se elementos que permitem concluir que os trabalhos das auditorias mostram-se, em seus aspectos essenciais, em consonância com o porte e características da CAIXA.

Como lhe compete, o Comitê examinou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente. Os dados e esclarecimentos obtidos e as observações colhidas, somados às manifestações do Conselho Diretor e da auditoria independente, amparam conclusão de que as demonstrações contábeis da Caixa Econômica Federal foram elaboradas em consonância com a regulamentação de regência e segundo as melhores práticas contábeis adotadas no País, refletindo, em seus aspectos nucleares, sua situação econômico-financeira.

Brasília (DF), 02 de fevereiro de 2.012

Adilson Rodrigues Ferreira
Presidente

Adilson da Conceição Rocha
Membro

Jose Carlos Monteiro Medeiros
Membro

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionista
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e o semestre findos nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Relatório dos Auditores Independentes

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal - CAIXA e da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e o semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase – créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a condução da gestão econômico-financeira da CAIXA é considerada no conjunto das decisões do Governo Federal. Nesse contexto, conforme mencionado na Nota 7(b), em 31 de dezembro de 2011 a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 18.223 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 8.163 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R\$ 2.663 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante líquido de R\$ 12.723 milhões, em 31 de dezembro de 2011, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase – créditos tributários

Chamamos a atenção para a Nota 20(a) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 31 de dezembro de 2011, a CAIXA possuía R\$ 17.888 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças intertemporais e contribuição social a compensar, e provisão para realização desses créditos de R\$ 4.277 milhões. O valor líquido de R\$ 13.611 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está diretamente relacionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Relatório dos Auditores Independentes

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) para o exercício e o semestre findos em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela CAIXA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 2 de fevereiro de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0 "S" DF



Parecer do Conselho Fiscal

PARECER Nº 01/2012 – ATA Nº 604, DE 02/02/2012

Assunto: **Demonstrações Contábeis da CAIXA referentes ao exercício de 2011.**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, consoante o artigo 42 do Estatuto Social da Empresa, combinado com o artigo 163, incisos VI e VII da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração, referentes ao exercício de 2011.

Os membros do Conselho, após análise dos documentos apresentados pela Empresa e com base nas reuniões ocorridas mensalmente, no Relatório da Auditoria Interna, nos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho de Administração, e levadas em consideração as observações apresentadas pelos Auditores Independentes, sobretudo em relação às ênfases contidas em seu relatório, bem como as recomendações apontadas pela Auditoria Interna, opinam no sentido de que os atos administrativos e o Relatório da Administração refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

O Colegiado examinou também, e manifestou-se favoravelmente, a proposta de destinação do resultado do exercício, constante da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Brasília, 02 de fevereiro de 2012.

ADRIANO PEREIRA DE PAULA
Conselheiro

LUIZ ROBERTO BEGGIORA
Conselheiro

MANOEL CARLOS DE CASTRO PIRES
Conselheiro

PAULO HENRIQUE FEIJÓ DA SILVA
Conselheiro

LIANA DO REGO MOTTA VELOSO
Presidente



Parecer do Conselho da Administração

PARECER

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso XI, alínea “e”, do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05 de junho de 2008, e alterado pelos Decretos nº 6.796, de 17 de março de 2009, e nº 7.086, de 29 de janeiro de 2010, tomando por base o Relatório do Comitê de Auditoria da CAIXA, os Pareceres da *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes, e considerando as recomendações do Conselho Fiscal, **aprovou** as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativas ao semestre findo em 30.06.2012.

Brasília, 08 de agosto de 2012.

LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO
Conselheira

MARDEN DE MELO BARBOZA
Conselheiro

MARIA FERNANDES CALDAS
Conselheira

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Conselheiro

JORGE FONTES HEREDA
Vice-Presidente

ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA
Presidente